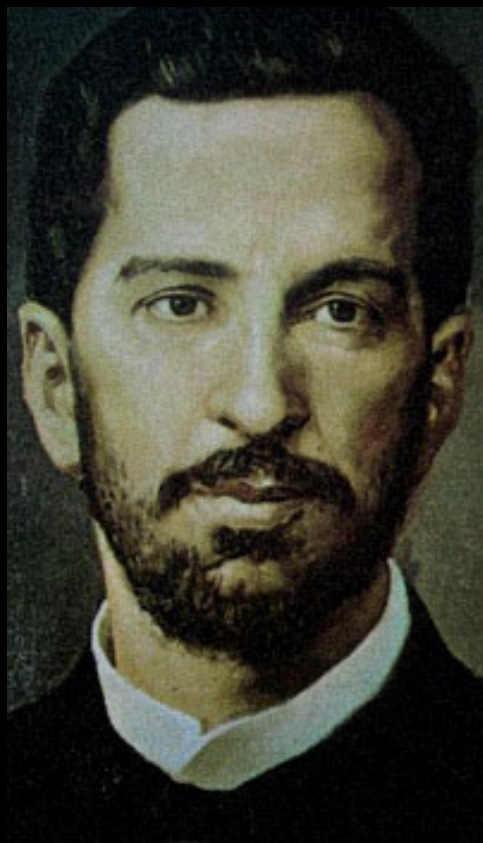


Franciele Ruiz Pasquim



ANTONIO DA SILVA JARDIM NA HISTÓRIA DO ENSINO DE LEITURA E ESCRITA NO BRASIL

Este pequeno belo livro trata de um capítulo da história a alfabetização no Brasil ou melhor seria dizer história de imensa luta pela alfabetização no Brasil. O cerne do objeto de Franciele Ruiz Pasquim é a notável conferência proferida por Silva Jardim, em 1884, para ingressar na Escola Normal de São Paulo. A conferência foi realizada num contexto de crise social e institucional no País, num contexto de amplo debate ideológico, com produção de novas ideias, como a incorporação do positivismo professado por Silva Jardim.

Um Silva Jardim educador é faceta pouco conhecida desse intelectual militante, mais conhecido pela luta pela instauração da República e pela abolição do trabalho escravizado. Mas é importante notar, com faz Franciele Ruiz Pasquim, que o educador é parte importante do intelectual republicano.

A alfabetização de todo um povo, segundo investia Silva Jardim, seria possível apenas com a extirpação dos óbices que representavam a escravatura e a monarquia. Do mesmo modo, a alfabetização generalizada seria um programa e uma condição para a existência de uma República próspera.

Lamentável que o Brasil, que se encontrava em grande atraso em relação a alfabetização quando Silva Jardim fez o seu enunciado, tenha-se mantido atrasado ainda por muito mais tempo. Sessenta anos depois, em 1944, Astrojildo Pereira ainda insistia que a principal tarefa da intelectualidade era a alfabetização do povo brasileiro. De fato, letramento, educação e cultura para os trabalhadores nunca foram de interesse das classes que dominam o Brasil em seu exclusivo benefício.

MARCOS TADEU DEL ROIO



CULTURA
ACADÊMICA
Editora



**ANTONIO DA SILVA JARDIM NA HISTÓRIA DO
ENSINO DE LEITURA E ESCRITA NO BRASIL**

FRANCIELE RUIZ PASQUIM

FRANCIELE RUIZ PASQUIM

**ANTONIO DA SILVA JARDIM NA HISTÓRIA DO
ENSINO DE LEITURA E ESCRITA NO BRASIL**

Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica
2021



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – FFC
UNESP - campus de Marília

Diretora

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto

Vice-Diretora

Dra. Ana Claudia Vieira Cardoso

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Marcelo Fernandes de Oliveira

Marcos Antonio Alves

Neusa Maria Dal Ri

Renato Geraldi (Assessor Técnico)

Rosane Michelli de Castro

*Conselho do Programa de Pós-Graduação em Educação -
UNESP/Marília*

Graziela Zambão Abdian

Patrícia Unger Raphael Bataglia

Pedro Angelo Pagni

Rodrigo Pelloso Gelamo

Maria do Rosário Longo Mortatti

Jáima Pinheiro Oliveira

Eduardo José Manzini

Cláudia Regina Mosca Giroto

Auxílio Nº 0798/2018, Processo Nº 23038.000985/2018-89, Programa PROEX/CAPES

Ficha catalográfica
Serviço de Biblioteca e Documentação - FFC

-
- P284a Pasquim, Franciele Ruiz.
Antonio da Silva Jardim na história do ensino de leitura e escrita no Brasil / Franciele Ruiz Pasquim. – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2021.
122 p.: il.
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5954-201-7 (IMPRESSO)
ISBN 978-65-5954-202-4 (DIGITAL)
DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-202-4>
1. Jardim, Antonio da Silva. 2. Leitura – Estudo e ensino – Brasil - História. 3. Língua portuguesa – Estudo e ensino. 4. Educação - História I. Título.

CDD 372.40981

Copyright © 2021, Faculdade de Filosofia e Ciências



Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP

**À minha mãe, Luciana Maria Ruiz Pasquim,
Três motivos me levaram a dedicar-lhe esse
momento de travessia: sua força, seu otimismo
e sua perseverança diante do porvir.**

Agradecimentos

Para o desenvolvimento da pesquisa de que resultou este livro foi necessário o auxílio de pessoas imprescindíveis durante o meu percurso de pesquisa.

Prof^a. Dr^a. Maria do Rosario Longo Mortatti, fundamental em meu processo formativo como professora e pesquisadora, por me ensinar a dar os primeiros passos na pesquisa e por quem tenho imensa gratidão.

Meus pais, José Pasquim Filho e Luciana Maria Ruiz Pasquim, e familiares, essenciais em minha vida, pelos recorrentes investimentos de amor.

Integrantes do GPHEELLB - Grupo de pesquisa “História da Educação e do Ensino de Língua e literatura no Brasil”, pela partilha de experiências em viagens exploratórias aos acervos e pela amizade.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelas bolsas concedidas, sem as quais não teria sido possível minha dedicação exclusiva à pesquisa de que resultou este livro.

Marcos Tadeu Del Roio e Cláudia Maria Mendes Gontijo, por terem sido interlocutores importantes e por ampliarem as possibilidades de compreensão de meu tema de pesquisa.

Funcionários dos acervos que consultei durante o desenvolvimento da pesquisa no estado de São Paulo e em Portugal, sem os quais muitas fontes documentais poderiam ter ficado silenciadas.

**A incompreensão do presente nasce fatalmente da
ignorância do passado. Mas talvez não seja válido se dedicar
a compreender o passado se não se sabe nada do presente
(BLOCH, 2001, p. 65)**

Sumário

Prefácio <i>Maria do Rosario Longo Mortatti</i>	13
Introdução	17
Capítulo 1-Antonio da Silva Jardim na Escola Normal de São Paulo	25
1.1 Aspectos da instrução pública primária paulista no Império brasileiro	
1.2 Aspectos da Escola Normal de São Paulo de São Paulo no Império brasileiro (1822-1889)	
1.2.1 Os professores positivistas na Escola Normal de São Paulo	
Capítulo 2-Antonio da Silva Jardim: um homem de múltiplas facetas	43
2.1 Aspectos da vida, formação e atuação profissional	
2.2 Bibliografia de Antonio da Silva Jardim	
2.3 Bibliografia <i>sobre</i> Antonio da Silva Jardim	
2.4 Textos com menções a Antonio da Silva Jardim, sua atuação profissional ou produção escrita/ou citações de textos seus	
2.5 A faceta menos explorada <i>sobre</i> Antonio da Silva Jardim	
Capítulo 3- O ensino da leitura e escrita proposto por Antonio da Silva Jardim	79
3.1 A conferência <i>Reforma do ensino da lingua materna</i> (1884)	
3.2 O opúsculo <i>Reforma do ensino da lingua materna</i> (1884), Silva Jardim	
Considerações finais	105
Referências	109

Prefácio

Para leitores de hoje talvez possa parecer estranho que um homem que ficou conhecido na história do Brasil como “herói da República” tenha se dedicado também à propaganda de um método — o da palavração — para o ensino inicial da leitura e da escrita.

Assim foi com Antonio da Silva Jardim (1860-1891). Esse positivista militante, que, em especial nos dois anos antecedentes à proclamação da República, tornou-se ardoroso propagandista do novo regime político e da abolição da escravatura no País, foi também professor que defendeu a modernização da instrução e a renovação dos métodos de ensino. Em 1882, com 22 anos de idade, esteve em “missão” na província do Espírito Santo, para divulgar o método João de Deus, contido na *Cartilha maternal ou arte da leitura* (1876), do poeta português, João de Deus. Em oposição aos métodos alfabético, fônico e silábico para o ensino da leitura utilizados no século XIX, Silva Jardim considerava esse método o mais moderno, científico e revolucionário, porque baseado na palavração, estando, por isso, de acordo com os princípios do positivismo comtiano e com preceitos da Linguística mais avançada da época.

Em abril de 1884, aprovado em concurso para a Cadeira “Gramática e língua nacional” da Escola Normal de São Paulo, Silva Jardim proferiu a conferência *Reforma do ensino da língua materna*, em que defende o método da palavração contido na cartilha do poeta português. O resumo dessa conferência, publicado em opúsculo como modelo para ensino da leitura, é o documento-chave escolhido por Franciele Ruiz Pasquim para análise de sua configuração textual, com os objetivos de <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-202-4.p13-15>

compreender o pensamento sobre ensino da leitura defendido por esse professor e a relação com as demais facetas de sua atuação, contribuindo, assim, para a produção de uma história do ensino de leitura e escrita no Brasil.

A rigorosa pesquisa documental e bibliográfica realizada pela autora resultou em dissertação de mestrado que tive o prazer de orientar no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp – campus de Marília e que está vinculada ao Grupo de Pesquisa “História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil” (GPHEELLB), que coordeno desde sua criação, em 1994. E está também vinculada ao programa de pesquisa cuja matriz teórica se encontra no livro *Os sentidos da alfabetização: São Paulo - 1876/1994*, como outras pesquisas de Franciele que também orientei: de 2007 a 2010, em nível de graduação/iniciação científica; de 2011 a 2013, no mestrado; de 2014 a 2017, no doutorado.

Por meio da leitura deste livro, pode-se, por um lado, compreender a essa faceta de Silva Jardim - quase desconhecida até à publicação dos resultados daquela pesquisa matricial – e sua importância para a história do ensino de leitura e escrita no Brasil, iluminando e realçando a relação entre alfabetização e projetos de nação, que, a exemplo das evidências no atual contexto político e educacional do País, alguns querem esconder quando consideram a questão dos métodos como meramente técnica. Por outro lado — e não menos importante —, pode-se também apreender o rigoroso e apaixonado processo de pesquisa cujos resultados a autora nos dá a conhecer, como parte de sua história de formação acadêmica e intelectual que tive e tenho o prazer de acompanhar, mesmo depois de finalizadas as atividades formais de orientação.

Este livro, cuja leitura recomendo enfaticamente a pesquisadores, professores, estudantes e todos os que se interessam por educação, vem, portanto, preencher uma lacuna nos estudos sobre Silva Jardim e sobre história da alfabetização no Brasil. Publicado 130 anos depois de seu precoce e trágico falecimento — devido à queda na cratera do vulcão Vesúvio, na Itália — e no ano em que se comemora o centenário de nascimento de Paulo Freire — “Patrono da Educação Brasileira” —, o que Franciele Ruiz Pasquim nos apresenta sobre o passado da alfabetização instiga também a renovar reflexões e ações concretas baseadas na atualíssima advertência freiriana, em *Educação como prática da liberdade*: o analfabetismo “é uma das expressões concretas de uma realidade injusta. Não é um problema estritamente linguístico nem exclusivamente pedagógico, metodológico, mas político, como a alfabetização por meio da qual se pretende superá-lo. Proclamar a sua neutralidade, ingênua ou astutamente, não afeta em nada a sua politicidade intrínseca”.

Ribeirão Preto, 24 de outubro de 2021

Maria do Rosario Longo Mortatti

Introdução

Nas últimas décadas do século XX houve o aumento significativo da produção acadêmico-científica brasileira sobre alfabetização¹, e, em particular, sobre a história da alfabetização, e que foram publicadas em livros, capítulos, artigos e trabalhos acadêmicos, como o que resultou neste livro. Os pesquisadores motivados em buscar soluções para os problemas perenes relacionados ao ensino inicial da leitura e escrita passam a desenvolver pesquisas históricas em educação, contribuindo sobremaneira para a constituição do campo da história da alfabetização. (MORTATTI, 2000a; 2011).

Pesquisadores que inauguraram estudos sobre esse campo de conhecimento e que também contribuíram para a sua constituição, dentre os quais, Soares (1989); Soares e Maciel (2000); e Mortatti (2000; 2003; 2011; 2012) enfatizam que, até a década de 1990, eram quase inexistentes pesquisas com esse tipo de abordagem da alfabetização, e que é a partir da década de 1990 que as pesquisas sobre alfabetização se intensificaram, sobretudo, por dois principais motivos: necessidade de buscar soluções para o fracasso escolar, como, por exemplo, as pesquisas de intervenção pedagógica; e ampliação dos programas de pós-graduação em educação relacionados às questões do ensino e pesquisa.

A consolidação, portanto, desse campo de conhecimento é decorrente de pesquisas acadêmicas, “[...] com abordagem histórica de

¹ Ver, especialmente, os balanços produzidos no âmbito do GPHELLB: "O I Seminário Internacional sobre história do ensino de leitura e escrita" (MORTATTI, 2011); e "50 anos de produção acadêmica brasileira sobre alfabetização: avanços, contradições e desafios" (MORTATTI; OLIVEIRA; PASQUIM, 2014).

diferentes aspectos (didáticos, lingüísticos, psicológicos, sociológicos, antropológicos, culturais, políticos) do processo de ensino e aprendizagem iniciais da leitura e da escrita” (MORTATTI, 2011, p. 02). Essas múltiplas abordagens utilizadas no trato da alfabetização explicam também a multidisciplinariedade do tema.

O livro *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*² é um exemplo dessa consolidação, uma vez que é considerado como “[...] uma grade de compreensão daquilo que vem sendo produzidos no Brasil nos últimos anos” (BOTO, 2011, p. 08), por apresentar a síntese dos estudos sobre história da alfabetização desenvolvidos no âmbito de grupos de pesquisas de diferentes estados brasileiros.

Ainda no âmbito da história da alfabetização, destaca-se o estudo de Magnani (1997) e Mortatti (2000a) considerado um “manancial de inúmeros estudos” (SOARES, 2000a), que suscitou novas possibilidades de pesquisa e contribuiu para a compreensão de muitos aspectos pouco e/ou [in]explorados, como o que é abordado neste livro³, e que têm como matriz teórica o livro *Os sentidos da alfabetização: São Paulo/1876-1994*, de Mortatti (2000a)⁴, no qual a história da alfabetização, em especial no estado de São Paulo, no período entre 1876 e 1994, compreendida em

² No livro *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*, organizado por Mortatti (2011) estão contidos artigos e ensaios de diversos pesquisadores, tais como: Magda Soares; Anne Marie-Chartier; Ana Luiza Jesus Costa; Cancionila Janzkovski Cardoso; Cecília Maria Aldigueri Goulart; Cláudia Maria Mendes Gontijo; Cleonara Maria Schwartz; Diana Gonçalves Vidal; Eliane Peres; Estela Mantovani Bertletti; Lázara Nanci de Barros Amâncio; Lilian Lopes Martin da Silva; Márcia Cristina de Oliveira Mello; Maria Arisnete Câmara de Moraes; Maria do Rosário Longo Mortatti; Norma Sandra de Almeida Ferreira; e Rachel Duarte Abdala.

³ Trata-se de pesquisa de mestrado desenvolvida entre março de 2011 e fevereiro de 2012, Bolsista CAPES entre junho de 2011 e de maio de 2012 e Bolsista FAPESP entre junho de 2012 e maio de 2013, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Marília, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria do Rosário Longo Mortatti.

⁴ Esse livro é resultante da tese de livre docência de Magnani (1997).

quatro momentos cruciais⁵ relativos às “permanências e rupturas” quanto ao ensino inicial da leitura e da escrita.

No “primeiro momento da história da alfabetização” que corresponde às últimas décadas do século XIX, “o método João de Deus” - baseado na palavração⁶ -, contido na *Cartilha Maternal ou Arte da Leitura*, escrita pelo poeta português João de Deus, e publicada em Portugal em 1876, “[...] passa a ser divulgado sistemática e programaticamente no Brasil [...] por Antonio da Silva Jardim, positivista militante e professor de Português na Escola Normal de São Paulo.” (MORTATTI, 2000a, p. 25).

Considerando, portanto, a atuação de Antonio da Silva Jardim (1860-1891) nessa história e objetivando contribuir para a compreensão de aspectos ainda pouco explorados de seu pensamento sobre o ensino inicial da leitura e da escrita no Brasil, desenvolvi minuciosa pesquisa documental que resultou no documento *Bibliografia de e sobre Antonio da Silva: um instrumento de pesquisa* (PASQUIM, 2012)⁷, que contém a

⁵ O primeiro momento é caracterizado pela disputa entre os partidários do “novo” método da palavração e os partidários dos métodos “tradicionais” ou “sintéticos” (soletração e silabação). O segundo momento - “A institucionalização do método analítico” (entre 1890 e meados da década de 1920) é caracterizado pela disputa entre os defensores do “novo” método analítico (palavração, sentençação ou da historieta) e os partidários dos métodos sintéticos (em especial da silabação). O terceiro momento - “A alfabetização sob medida” (entre meados da década de 1920 e final da década de 1970) é caracterizado pela hegemonia dos testes ABC, formulados por Manoel Bergström Lourenço Filho e divulgados no livro *Testes ABC: para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita*, publicado em 1934. quarto momento - “Alfabetização: construtivismo e a desmetodização” (entre início da década de 1980 e os dias atuais) é caracterizado pela disputa entre os defensores do pensamento construtivista de Emília Ferreiro e os defensores dos “tradicionais métodos” (analíticos, sintéticos ou mistos) (MORTATTI, 2000a).

⁶ O método da palavração “[...] inicia-se esse ensino com palavras, que depois são divididas em sílaba e letras. (MORTATTI, 2004, p.123).

⁷ Nesse documento reuni 138 referências de textos, sendo 44 referências de textos *de* Silva Jardim e 94 referências de texto *sobre* aspectos da vida e da atuação de Silva Jardim. Para elaboração do instrumento de pesquisa utilizo-me dos procedimentos de localização, recuperação, seleção e ordenação de referências de textos *de e sobre* Silva Jardim. Para tanto, realizei consultas a acervos

produção escrita *de e sobre* Silva Jardim, com o qual pude constatar que: o primeiro texto sobre Silva Jardim data de 1895 e o último, data de 2008; esses textos foram elaborados por memorialistas, historiadores, sociólogos; e Silva Jardim é apenas citado em trabalhos acadêmico-científicos produzidos nas últimas décadas, nos quais se aborda a história da alfabetização no Brasil.

A partir dessas constatações, motivada em compreender a questão do ensino da leitura e da escrita, que era a faceta menos visível e menos explorada do pensamento e da atuação de Silva Jardim, destacado por seus contemporâneos e pósteros pelo brilhantismo de sua atuação política em prol da formação de uma nação brasileira, analisei a configuração textual do opúsculo *Reforma do ensino da língua materna* (SILVA JARDIM, 1884), que consistiu em compreender o:

[...] conjunto de aspectos constitutivos de determinado texto, os quais se referem: às opções temático-conteudísticas (o quê?) e estruturais-formais (como?), projetadas por um determinado sujeito (quem?), que se apresenta como autor de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê), visando a determinado efeito em determinado tipo de leitor (para quem?) e logrando determinado tipo de circulação, utilização e repercussão (MORTATTI, 2000a, p. 31).

A partir dessa análise, pude compreender que, a reforma para o ensino da língua materna, proposta por Silva Jardim, defendia o ensino da

físicos, dentre eles acervo do GPHELLB, acervo da biblioteca da FFC, além de acervos localizados nas cidades de São Paulo-SP, Vitória-ES, Marília-SP, Tupã-SP e em Lisboa-Portugal; e consultas a bases de dados disponíveis *on-line* e *sites* da Internet.

leitura pelo “método da palavração” e questionava o ensino da gramática vigente, e pode ser interpretada como meio para a formação dos indivíduos e parte integrante de sua atuação política em favor da instauração do regime republicano no Brasil.

Em relação às opções metodológicas que fiz, optei pela abordagem histórica do tema, com base nas contribuições da vertente historiográfica da “História Cultural” que “[...] tem por objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17), a história cultural. O historiador deve partir do princípio de que as “representações” do mundo social são

[...] determinadas pelos interesses dos grupos que a forjam [...] produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tende a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p. 17).

Nessa perspectiva, por ser uma temática multidisciplinar e “múltiplas facetas” (SOARES, 2004), utilizo o termo “alfabetização” como “[...] o ensino da língua escrita na fase inicial de escolarização de crianças” (MORTATTI, 2000a, p. 17) e que por sua vez necessita do “[...] professor alfabetizador, àquele que ensina com uma intencionalidade específica e que possibilita a entrada criança ao [...] mundo público da cultura letrada” (MORTATTI, 2000a, p. 34). Nesse sentido, a função do professor quanto ao ensino da leitura e da escrita não pode ser

[...] um procedimento espontâneo de aquisição: trata-se aí, necessariamente, de práticas sociais instituídas em que o simples contato com os escritos e a observação de leituras, silenciosas ou não, não são suficientes para transmitir. A passagem da forma oral primitiva da língua a uma forma gráfica codificada nunca é imediata e é útil pergunta-se por que, mesmo em sociedades como a nossa, completamente alfabetizadas e em que o escrito é constantemente colocado sob nossos olhos, à aprendizagem da leitura e da escrita requer ensino [...] (CHARTIER, 1996, p. 25-26).

Por se tratar de “processo escolarizado, sistemático e intencional” (MORTATTI, 2000a), o ensino da leitura e da escrita na fase inicial de escolarização tem demandado, ao longo de sua história no Brasil, a utilização dos métodos de alfabetização, que são classificados em dois tipos básicos:

[...] um desses métodos começa pelo estudo dos sinais ou pelo dos sons elementares; e o outro, pelo contrário, busca obter o mesmo resultado, colocando de repente a criança em face da linguagem escrita. O primeiro é geralmente conhecido com o nome de “método sintético”, em razão do trabalho psicológico que demanda da criança para o ato de ler. Desde que tenha aprendido a ler cada sinal, a criança deve, com efeito, condensar essas diferentes leituras em uma leitura única que, geralmente, para cada agrupamento particular desses sinais, é diferente de sua leitura isolada. [...] Trata-se, pois, de uma operação de síntese. O outro método parte dos agrupamentos mesmos. Parte das palavras. Chamar-se-á *analítico*, quando se deseja recordar o trabalho psicológico que se exige do menino ao aprender, segundo esses agrupamentos, as denominações de suas partes ou sonoridades de suas sílabas. A mesma maneira de proceder se designará sob o nome de método *global*, se deseja recordar unicamente a sua origem: pôr a

criança em presença de frases, ou de palavras, tais como as lemos.
(SIMON *apud* BRASLAVSKY, 1971, p. 44, grifos da autora).

Justamente por essa multiplicidade de sentidos que foram sendo atribuída à alfabetização ao longo de sua história, a pesquisa histórica em educação possibilitou-me “[...] aprender e problematizar, por meio de configurações textuais — as lidas e as produzidas pelo pesquisador, a simultaneidade entre continuidade e descontinuidade de sentidos a respeito do fenômeno educativo em diferentes facetas [...]” (MORTATTI, 1999, p. 75).

Considerando os objetivos e a relevância do estudo sobre o tema proposto, este livro está organizado da seguinte forma: no capítulo 1, abordo aspectos da relação de Silva Jardim com a instrução primária no Império e a formação de professores na Escola Normal de São Paulo; no capítulo 2, apresento aspectos da vida, formação e atuação profissional de Antonio da Silva Jardim e da bibliografia *de* e *sobre* esse professor; no capítulo 3, apresento a proposta de Silva Jardim para o ensino da leitura e escrita e, nas considerações finais, apresento síntese da contribuição de Antonio da Silva Jardim para a história do ensino de leitura e escrita no Brasil.

Capítulo I

Silva Jardim na Escola Normal de São Paulo

1.1 Aspectos da instrução pública primária paulista no Império brasileiro

A proclamação da Independência do Brasil, em sete de setembro de 1822, não significou apenas o fim do domínio português e a conquista política da ex-colônia, mas, sobretudo um momento importante para a circulação de ideias que possibilitaram, em décadas posteriores, novos contornos para a instrução pública.

Em toda parte, difundiu-se a crença no poder da escola como fator de progresso, modernização e mudança social. A idéia de uma escola nova para a formação do homem novo articulou-se com as exigências do desenvolvimento industrial e o processo de urbanização. (SOUZA, 2000, p. 11).

O período imperial brasileiro (1822-1889), no que se refere à educação, foi notoriamente marcado pela organização e sistematização da instrução pública, em âmbito nacional, pelos legisladores das províncias. A precariedade e as recorrentes propostas a fim de se formar um espaço destinado ao ensino na maioria das vezes não foi concretizada pelos legisladores da província.

A instrução no Brasil “[...] possibilitaria arregimentar o povo para uma participação controlada na definição dos destinos do país” (FARIA FILHO, 2003, p. 137). Assim, ainda segundo Faria Filho (2003) a educação seria fundamental para que o governo pudesse indicar os caminhos a que o povo teria de percorrer e principalmente auxiliaria no controle dos conteúdos a serem ensinados às crianças.

Com a primeira *Constituição brasileira*⁸, outorgada em 25 de março de 1824, foi prescrito em seu Artigo 170º., parágrafo XXII, “A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos” (BRASIL, 1824). Embora prescrita em lei, a instrução primária continuava limitada às tentativas mal sucedidas de seus governadores, faltavam condições básicas para a sua efetivação.

Em 15 de outubro de 1827 foi aprovada a primeira lei para a educação, no Artigo 1º. estava prescrita a criação de escolas “Em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias” (BRASIL, 1824).

O professor da “escola de primeiras letras” no período imperial era responsável por ensinar às crianças os rudimentos do ler, escrever e contar. Faria Filho (2003, p. 136) enfatiza que esses rudimentos eram ensinados na “escola para os pobres”.

Além da implantação das “escolas de primeiras letras”, também estava previsto na Lei de 1824, em seu Artigo 4º., que nas escolas primárias seria utilizado o “[...] ensino mutuo nas capitaes das provincias; e o serão tambem nas cidades, villas e logares populosos dellas, em que fór possivel

⁸ *Constituição brasileira* de 1924. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7%C3%A7%C3%A3o24.htm. Acesso em: 13 nov 2012.

estabelecerem-se” (BRASIL, 1824). A obrigatoriedade do ensino mútuo, a Lei de 1824, no Artigo 6º, previa que os professores deveriam ensinar

[...] a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as nações mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral chritã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionandos á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Cosntituição do Imperio e a Historia do Brazil. (BRASIL, 1824).

Como se pode observar, a dificuldade enfrentada pelos legisladores do Império brasileiro não consistia somente na criação das “escolas de primeiras letras”, mas, sobretudo, na falta de professores.

O método de ensino mútuo, então, foi considerado uma possibilidade para o ensino da leitura e da escrita nas escolas de primeiras letras da província de São Paulo. Esse método “[...] baseava-se no aproveitamento dos alunos mais adiantados como auxiliares do professor no ensino de classes numerosas”. Embora esses alunos tivessem papel central na efetivação desse método pedagógico, o foco não era na atividade do aluno. (SAVIANI, 2006, p. 16).

Ainda segundo Saviani (2006), o método mútuo desvalorizava a função docente, uma vez que os alunos desempenhavam essa função; e era pautado em uma “[...] rigorosa disciplina e a distribuição hierarquizada dos alunos sentados em bancos num são bem amplo” (SAVIANI, 2006, p. 16).

Alguns anos depois da Lei de 1824, a implantação do Ato Adicional de 1834 que representou a descentralização da instrução

primária e deslocou os encargos com a instrução do Império para as províncias brasileiras, gerou mais problemas para a precária situação educacional no Império. De acordo com Vidal e Faria Filho (2005, p. 49),

[...] o afastamento do governo central da difusão da escola elementar pública e diversidade da conjuntura econômica e política das várias regiões do Brasil e os custos com os quadros murais, sólidos para geometria, bancos e mesas para todos os alunos, ponteiros e estrados para os monitores, campainhas e matracas para os sinais sonoros, caixas de areia para a escrita, ardósias e quadros-negros, além de cartões de perdões e penas- talvez tenham sido algumas das razões de seu declínio já nos anos de 1840 e de sua progressiva associação com o ensino simultâneo (método misto) ou de substituição pelo ensino individual (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 49).

O Ato Adicional de 1834 mostrava o “[...] descompromisso do governo central com a manutenção da instrução popular” (SAVIANI, 2006, p. 28). Com o deslocamento da instrução primária e secundária do poder central para as províncias, a situação precária em que estava a educação se agravou. A população continuava sem aprender a ler e a escrever, uma vez que não havia um local destinado à formação de professores.

De acordo com Faria Filho (2003) é no Império brasileiro que a ideia de escola brasileira vai se configurando como um espaço da minoria, do povo, e principalmente como:

[...] instituição escolar, primeiro como responsável pela instrução e, posteriormente, como agente central em toda a educação da infância, foi-se lentamente substituindo a “escola de primeiras letras” pela

“instrução elementar” [...] Nessa perspectiva a instrução elementar articula-se não apenas com a necessidade de se generalizar o acesso às primeiras letras, mas também com um conjunto de outros conhecimentos e valores necessários à inserção, mesmo que de forma muito desigual, dos pobres à vida social (FARIA FILHO, 2003, p. 139).

Embora o discurso fosse pela modernização da nação por meio da educação, a falta de recursos e de professores era um entrave à execução das reformas educacionais. Essas reformas em prol da organização da instrução primária no Império

[...] visavam principalmente ampliar o programa de ensino das escolas elementares, estender a formação por mais tempo, estabelecer novas condições do ensino, assim como estabelecer melhores condições para o magistério, como remuneração e aposentadoria, além de definir exigências para o ingresso na profissão, regulamentando provas e concursos de acessos e os requisitos mínimos para os candidatos (CAMPOS, 1990, p. 06).

Quanto à falta de professores, apenas com a criação, em 1835, da primeira Escola Normal em Niterói (RJ) e, em 1846, da Escola Normal de São Paulo na província de São Paulo⁹ é que se inicia de forma mais sistematizada a história da formação de professores no Brasil e das questões sobre o ensino da leitura e métodos de ensino. Embora inicialmente marcada pela irregularidade quanto ao funcionamento e à frequência de seus alunos, as escolas de formação de professores

⁹ Tratarei sobre a história dessa instituição no tópico 3.1, deste livro.

[...] não teve condições de corresponder às expectativas pela falta de verbas, de professores, de um prédio próprio para a Escola Normal de São Paulo, de incentivos para a profissão, e pelo entrave dos valores vigentes, que impediam uma maior abertura no tipo de formação oferecida aos futuros mestres. Outro fator que dificultava os avanços no ensino residia, certamente, na centralização do poder em mãos do presidente, que eram nomeados pelo poder central, não tendo assim condições muitas vezes de levar avante as reformas cujas proposições que eram vetadas ou relegadas a segundo plano pelos sucessores. (CAMPOS, 1990, p. 09).

Além das preocupações e dos entraves de ordem política e econômica quanto à formação de professores, outros debates começaram a ocorrer, principalmente, sobre a “organização escolar”, que se tornou:

desde a segunda metade do século XIX, a questão política da educação popular envolveu, em todo o Ocidente, a discussão sobre a organização administrativa e didático-pedagógica do ensino primário. Tratou-se de definir as finalidades da escola primária e os meios de sua universalização. Esse processo implicou debates acerca da democratização da cultura e da função política da escola nas sociedades modernas. Dessa forma, a discussão sobre o conteúdo da escolarização popular tornou-se uma temática central e oscilou em decorrência de diferentes interesses políticos, ideológicos, religiosos, sociais, econômicos e culturais (SOUZA, 2000, p. 09).

1.2 Aspectos da Escola Normal de São Paulo no Império brasileiro (1822-1889)

Considerando a classificação utilizada por grande parte dos pesquisadores da História da educação brasileira, apresentarei ao longo deste tópico, aspectos relativos às três fases da Escola Normal de São Paulo¹⁰, que correspondem ao seu funcionamento nos seguintes períodos: 1846 a 1867 (Criação); 1875 a 1878 (Reabertura); e 1880 a 1890 (Reforma). Ressalto que, com relação à terceira fase da Escola Normal de São Paulo, destacarei até o período em que Silva Jardim lecionou nessa instituição.

Segundo Reis Filho (1995), pela necessidade de ensinar a ler e a escrever as crianças do Império e pela ausência de professores para a concretização desse anseio, foi criada em 16 de novembro de 1846, em cumprimento a Lei nº 34, de 16 de março desse ano, a Escola Normal de São Paulo, cujo objetivo principal era o de formar professores primários para o ensino das primeiras letras. Contando com apenas com um professor, a Escola Normal de São Paulo era exclusivamente para o sexo masculino. Depois de dois anos de estudos, os alunos seriam considerados professores primários.

Com relação ao conteúdo que os alunos normalistas aprenderiam para depois poderem ensinarem nas “escolas de primeiras letras”, de acordo com Reis Filho (1995, p.150), eram ministradas disciplinas, tais como: “Lógica, Gramática, Língua Nacional, Aritmética, Geometria Prática,

¹⁰ A Escola Normal de São Paulo teve diferentes denominações: “Escola Normal da Capital”, “Escola Normal Secundária”, “Escola Normal da Praça”. Em 1911, a Escola Normal da Capital passou pela Lei n. 1341 de 16-12, à denominação de Escola Normal Secundária. A respeito da história dessa escola, ver, especialmente, o trabalho pioneiro de Tanuri (1979), Hilsdorf (2008). Reis Filho (1995) e Dias (2002 2008).

Caligrafia, Doutrina Cristã e Métodos e Processos de Ensino”, as quais, segundo o autor, eram disciplinas que “[...] o professor deveria ensinar na escola primária. Tratava-se de um curso de continuação ao ensino elementar, representando nada mais do que seu aprofundamento” (REIS FILHO, 1995, p. 150).

A Escola Normal de São Paulo não conseguia desempenhar sua real função concernente à formação de professores no Império e foi fechada em 1867 e somente depois de oito anos foi reaberta. Segundo Reis Filho (1995),

[...] em fevereiro de 1875, com ata e discurso, foi inaugurada a segunda Escola Normal de São Paulo, criada no ano anterior pela Lei nº. 9, de fevereiro de. Foi instalada no Edifício da Faculdade de Direito. Era um curso de dois anos e, como a primeira Escola Normal de São Paulo, só para homens (REIS FILHO, 1995, p. 150).

Na primeira fase, essa instituição contava com duas cadeiras e um curso apenas para homens. Em 1876, um ano após sua reabertura, houve algumas alterações, tais como: quatro cadeiras; e a instalação da seção feminina no Seminário da Glória. As cadeiras eram as seguintes: 1ª. Cadeira: “Língua Nacional e aritmética” – Professor Doutor Melquíades da Boa Morte Trigueiro¹¹; 2ª. Cadeira: “Francês, metódica e pedagogia” –

¹¹ Melquíades da Boa Morte Trigueiro bacharelou-se em Direito pela Academia de Direito de São Paulo, em 1868. No âmbito de sua atuação profissional: atuou como professor da Escola Normal de São Paulo, entre 1876 e 1877; foi diretor da Escola Americana da Província de São Paulo, entre 1878 e 1881; foi diretor, em 1883, do Colégio Culto à Ciência, de Campinas-SP; e atuou como professor de um colégio particular de propriedade de Ernesto Vaz (DIAS, 2002). As datas e locais de nascimento e morte de Melquíades da Boa Morte Trigueiro não foram localizadas até o momento de finalização deste livro.

Professor Doutor João Bernardes a Silva¹²; 3ª. Cadeira “Cosmografia e geografia, especialmente do Brasil” – Professor Doutor Américo de Ferreira de Abreu¹³; e 4ª. Cadeira “História Sagrada e Universal e Noções Gerais da Lógica Professor Doutor Antônio Augusto de Bulhões Jardim¹⁴ (REIS FILHO, 1995, p. 151).

Além das modificações ocorridas quando da reabertura da Escola Normal de São Paulo, em 1877 “[...] são instaladas duas escolas primárias anexas, para que alunos de ambos os sexos nelas possam praticar metodologia. Neste caso, a preocupação do governo é apenas a de instalar” (BAUAB, 1972, p. 23).

No entanto, Bauab (1972, p. 24) afirma que o “[...] professor da Anexa [era visto] com ‘inferior’ e, de certa forma, dependente dos demais docentes, permitindo-lhe votar na Congregação, mas negando-lhe o direito de substituir os professores da Escola Normal de São Paulo”.

Em 1878, a Escola Normal de São Paulo foi fechada novamente. Segundo Reis Filho (1995, p. 151), embora tenha ocorrido um aumento

¹² Até o momento de finalização deste livro, as únicas informações que pude localizar sobre João Bernardes da Silva foram: bacharelou-se em Direito pela Academia de Direito de São Paulo, em 1867; em 1877; ele foi nomeado professor interino da 1ª. Cadeiras da Escola Normal de São Paulo de São Paulo e, em 1878, foi nomeado professor da 2ª. Cadeiras dessa instituição; e, em 1879, passou a atuar como juiz de Direito. (DIAS, 2002).

¹³ Américo Ferreira de Abreu nasceu 1831 e bacharelou-se em Direito pela Academia de Direito de São Paulo, em 1858. No âmbito de sua atuação profissional, Américo Ferreira de Abreu foi professor interino da 2ª. Cadeiras da Escola Normal de São Paulo de São Paulo, em 1875, e foi examinador de professores de primeiras letras. Américo Ferreira de Abreu morreu em 1911 (PEREIRA, 2013). Até o momento de finalização deste livro não foi possível localizar informações sobre o local de nascimento e morte de Américo Ferreira de Abreu.

¹⁴ Antonio Augusto Bulhões Jardim nasceu em 1852 e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de Direito de São Paulo, em 1873. No ano de 1877, recebeu o título de doutor. No âmbito de sua atuação profissional, Antonio Augusto Bulhões Jardim: em foi nomeado, em 1876, professor interino da 4ª. Cadeiras da Escola Normal de São Paulo de São Paulo; em 1878, foi nomeado Secretário interino da Escola Normal de São Paulo de São Paulo; e foi Deputado da Assembléia Provincial de Goiás (PEREIRA, 2013).

do número de alunos matriculados e formados pela Escola Normal de São Paulo, esses motivos não foram suficientes para mantê-la aberta devido às dificuldades financeiras pelas quais essa escola passava.

Passados dois anos do fechamento da Escola Normal de São Paulo, foi “[...] reaberta pelo presidente da província Laurindo Abelardo de Brito, liberal e ex-aluno da escola, a sancionar em 25 de abril de 1880, como lei n°. 130, o projeto apresentado por Inglês de Souza, um deputado de seu partido” (HILSDORF, 2008, p. 06). Essa instituição de ensino “[...] deu origem ao atual Instituto de Educação ‘Caetano de Campos’, da Praça da República” (REIS FILHO, 1995, p. 151).

A reabertura da Escola Normal de São Paulo representou uma tentativa de reorganização de forma sistemática de muitos dos anseios previstos com a criação dessa instituição em 1846. Segundo Reis Filho (1995), a organização dessa instituição era mais complexa que a anterior, pois nela havia um diretor “[...] subordinado diretamente ao Presidente da Província, possuía cinco cadeiras, distribuídas em três anos de curso” (p. 151).

Em 30 de junho de 1880, o *Regulamento de 1880...* foi aprovado e, de acordo com ele, a finalidade da Escola Normal de São Paulo era “habilitar”, gratuitamente, “[...] pessoas que se destinam ao magisterio publico primario” (SÃO PAULO, 1880, p. 03).

Quanto a formação “prática” do futuro professor primário, ocorria no 3º. ano, em que os aluno da Escola Normal deveriam aprender “[...] a conveniente aplicação das regras que devem ser observadas na pratica dos methodos” (SÃO PAULO, 1880, p. 6) nas aulas anexas à Escola Normal de São Paulo, uma vez por semana, sob a direção do professor da Cadeira de Pedagogia e do professor da Aula Anexa, de acordo com o Artigo 6º. do *Regulamento de 1880...*

O capítulo X, Artigo 120º. Ao 133º. do *Regulamento de 1880...* “Das aulas anexas”, prescrevia o funcionamento de “[...] duas aulas destinadas a servir de curso de preparatórios a habilitar os alunos na pratica da regência das cadeiras” (SÃO PAULO, 1880, p. 27). De acordo com o Artigo 121, esse ensino prático ocorreria nas duas aulas anexas (seção masculina e feminina), que eram parte integrante da Escola Normal e eram fiscalizadas pelo Diretor da Escola Normal de São Paulo.

Os alunos da Escola Normal de São Paulo aprendiam por meio das aulas práticas como ensinar a leitura e escrita na “Aula anexa” à Escola Normal de São Paulo. A “Aula anexa” ocorria no curso primário anexo à Escola Normal de São Paulo.

O curso primário anexo à Escola Normal de São Paulo era dividido em duas seções, uma feminina e outra masculina. No curso primário as crianças da província aprendiam os rudimentos do ler, escrever e contar.

Nessa época, Silva Jardim lecionava na “Aula Anexa” a fim de completar sua renda e pagar as despesas quando ainda era estudante de Direito na Faculdade de Direito de São Paulo.

Bauab (1972) enfatiza a atuação de Silva Jardim como professor da “Aula Anexa”, uma vez que ele colaborou para a “renovação dos métodos didáticos” e para um modo de pensar o ensino da leitura e escrita, por meio de um novo e revolucionário método da leitura, o método da palavração concretizado na *Cartilha Maternal ou Arte da Leitura*¹⁵, de João de Deus¹⁶.

¹⁵ A *Cartilha Maternal ou arte da leitura* foi escrita pelo poeta, pedagogo e republicano João de Deus (1830-1896) e publicada, em 1876, em Portugal.

¹⁶ João de Deus nasceu em São Bartolomeu de Messines no Algarve, Portugal, em 8 de Março de 1830 e morreu em Lisboa em 11 de Janeiro de 1896. Estudou Direito na Universidade de Coimbra entre 1849 e 1859. Foi poeta e tinha Antero de Quental como amigo. Autor da *Cartilha maternal ou arte da leitura* que se baseava no método da palavração (BRAGA, s.d). Ver mais detalhadamente no Capítulo 3 deste livro.

Principalmente num momento histórico educacional marcado pela utilização do

[...] método greco-romano de iniciar o ensino da leitura pela aprendizagem das letras do alfabeto, seguida toda a combinação silábica possível, as lições de Silva Jardim representavam de fato o ‘alvorecer da didática’ em São Paulo, como a elas se refere João Lourenço Rodrigues (REIS FILHO, 1995, p. 154).

Nessa nova conjuntura da Escola Normal de São Paulo, ocupavam cada uma das cinco Cadeiras, os seguintes professores: Doutor Vicente Mamede de Freitas¹⁷ – 1ª. Cadeira: “Gramática e Língua Nacional”; 2ª. Cadeira “Aritmética e Geometria” – Professor Doutor “Godofredo José Furtado¹⁸”; 3ª. Cadeira: “História e Geografia” – Professor Doutor José Estácio Correia de Sá e Benevides¹⁹; e 4ª. Cadeira “Pedagogia e

¹⁷ Vicente Mamede de Freitas: Nascido em São Paulo, 1836, Vicente Mamede de Freitas bacharelou-se em Direito em 1855, pela Academia de Direito de São Paulo. No ano de 1856, passou a dirigir o Colégio Culto à Ciência, em Campinas-SP. Nesse mesmo período, fundou um colégio na cidade de São Paulo. No ano de 1859, defendeu uma tese na área do Direito, pela qual recebeu o título de Doutor. Em 1860, atuou como promotor público e, entre 1864 e 1866, atuou como Deputado da Assembleia Provincial de São Paulo. Entre os anos de 1880 e 1882, Vicente Mamede de Freitas foi Diretor da Escola Normal de São Paulo de São Paulo e Inspetor Geral da Instrução Pública da Província de São Paulo. Após sua atuação na Escola Normal de São Paulo de São Paulo, no ano de 1882, foi aprovado em concurso para o cargo de lente substituto da Academia de Direito de São Paulo, passando, em 1887, ao cargo de lente catedrático. Ainda no âmbito de sua atuação junto a Academia de Direito de São Paulo, foi nomeado, em 1902, vice-diretor dessa instituição, e, em 1904, diretor. Vicente Mamede morreu em São Paulo, em 1908. (FACULDADE..., s.d.)

¹⁸ Godofredo José Furtado: Nascido em Godofredo Furtado: Nascido em 9 de junho de 1851 em Caxias. Foi professor da cadeira de Matemática da Escola Normal de São Paulo. (POLIANTEIA, 1946).

¹⁹ José Estácio Correia de Sá e Benevides: Nascido em 1856, em São Paulo, José Estácio Correia de Sá e Benevides diplomou-se, em 1878, pela Escola Normal de São Paulo e, em 1879, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de Direito de São Paulo. No ano de 1880, foi nomeado professor interino da 3ª. Cadeiras da Escola Normal de São Paulo de São Paulo e, entre

Metodologia” – Professor Doutor Inácio Soares Bulhões Jardim; e 5ª. Cadeira: “Francês, Física e Química” – Professor Doutor Paulo Bourroul²⁰ (REIS FILHO, 1995, p. 152).

Com a reabertura da Escola Normal de São Paulo em 1880 houve as seguintes mudanças: o curso foi ampliado para três anos; as aulas que antes eram destinadas apenas ao sexo masculino passaram a ser “mistas”; a criação do curso preparatório anexo, com uma classe destinada para os homens e outra para as mulheres (REIS FILHO, 1995, p.153).

Ainda, segundo Reis Filho (1995), a Escola Normal de São Paulo de 1880 passou a

[...] desempenhar papel de relativa importância da inovação dos processos de ensino. A ampliação de seu plano de ensino, enriquecido com um elenco de matérias científicas e com três anos de duração [que] possibilitava uma melhor formação geral ou propedêutica do futuro professor primário (REIS FILHO, 1995, p.152).

1884 e 1887, foi diretor da Escola Normal de São Paulo de São Paulo. José Estácio Correia de Sá e Benevides morreu em São Paulo, em 1914. (POLIANTÉIA, 1946; PEREIRA, 2013)

²⁰ Paulo Bourroul: Nascido em Nice, em 1855, Paulo Bourroul fez os estudos elementares no Brasil e depois se diplomou médico em Bruxelas-Bélgica, na década de 1870. Em 1879, voltou a residir no Brasil, quando prestou o Exame de Proficiência da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No ano seguinte, 1880, foi nomeado professor interino da 2ª. Cadeiras da Escola Normal de São Paulo de São Paulo, porém, com a recusa do professor convidado para atuar junto a 5ª. Cadeiras (Francês, Física e Química) da Escola Normal de São Paulo de São Paulo, Paulo Bourroul assumiu o cargo de professor efetivo dessa Cadeira. Paulo Bourroul atuou como professora da 5ª. Cadeiras da Escola Normal de São Paulo de São Paulo até o ano de 1882, quando foi nomeado professor substituto da Academia de Direito de São Paulo. Também no ano de 1882, Paulo Bourroul foi nomeado diretor da Escola Normal de São Paulo de São Paulo, cargo que ocupou até 1884. Paulo Bourroul morreu no ano de 1941, aos 86 anos, em São Paulo. (POLIANTÉIA, 1943; PESTANA, 2011).

Segundo Reis Filho (1995, p.152), com a reorganização dessa instituição, foi dada ênfase à “inovação dos processos de ensino” e “[...] a atuação de alguns professores renovava em suas disciplinas os métodos de ensino. É o caso de Silva Jardim”. A esse respeito, Hilsdorf (2008, p. 93), ressalta que, a partir da

[...] década de 1880, de abertura do país às inovações pedagógicas que eram associadas na Europa e nas Américas à educação escolar atualizada, representadas aqui, entre outras aqui, entre outras, pela inclusão das matérias científicas e a adoção e adoção do método intuitivo (HILSDORF, 2008, p. 93)

Com a modificação proposta pela Lei n.59 de abril de 1884, a Escola Normal de São Paulo passou a ter seis cadeiras de ensino, dentre as quais a cadeira de ensino ocupada por Silva Jardim. São elas: “1ª. Grammatica e Lingua Nacional”- Antonio da Silva Jardim²¹; “2ª. Arithmetica e geometria” – Godofredo José Furtado; “3ª. Elementos de Cosmographia, Geografia e Historia”; “4ª. Pedagogia, methodologia e instrução religiosa”- Antonio da Silva Jardim (substituto interino em 1884) - Manoel José Trancoso da Lapa; “5ª. Noções de physica e Chimica”- Cypriano José de Carvalho; e “6ª. Grammatica e Lingua Franceza”- Arthur Gomes; Carlos Marcondes de Toledo Lessa” (SÃO PAULO, 1884).

A primeira Cadeira de “Grammatica e Lingua Nacional” foi ocupada por Silva Jardim em 1884, somente passou assim ser chamada

²¹ No Capítulo 2 deste livro tratarei especificamente dos aspectos da formação e atuação de Silva Jardim.

com a alteração da Lei n. 59, de abril de 1884, que modificou o Artigo 5. do *Regulamento de 1880...* da Escola Normal de São Paulo .

Silva Jardim permaneceu como professor da Primeira “Grammatica e Lingua Nacional” até o ano de 1885, quando se mudou para cidade de Santos/SP em virtude dos falecimentos de sua filha e de seu sogro. Segundo D’Avila (1946), o sucessor de Silva Jardim foi professor Júlio Ribeiro²², que passou a ocupar a cadeira de “Grammatica e Lingua Nacional”, porém, D’Avila (1946) citando as palavras de João Lourenço Rodrigues, destaca que

[...] Júlio Ribeiro ‘não tinha os mesmos dotes didáticos do seu antecessor. Em vez de manter as aulas práticas que Silva Jardim estabelecera com tantos resultados, Júlio Ribeiro seguiu o sistema já em si condenável. Sua exposição era prolixa, desordenada, cortada de divagações sobre assuntos estranhos à aula’ (D’AVILA, 1946, p.93)

Segundo Bauab (1972) com o pedido de licença de Ignácio Soares Bulhões Jardim, no dia 4 de junho de 1884, que ocupava a 4ª. Cadeira “Pedagogia, methodologia e instrução religiosa”. Silva Jardim passa a ocupar essa cadeira como professor substituto interino até a saída definitiva de Ignácio S. Bulhões Jardim.

Silva Jardim era contrário ao ensino mútuo prescrito no Artigo 4º. da *Constituição de 1824*. Para ele, seria necessária a formação dos professores primários de acordo com o método de ensino intuitivo.

²² Júlio César Ribeiro Vaughan nasceu no dia 16 de abril de 1845 em Sabará (MG) e faleceu no dia 1º de novembro de 1890 em Santos (SP). Foi professor na Escola Normal de São Paulo e ocupou a Cadeiras de Latim no Curso Anexo da Faculdade de Direito. Além disso, teve publicado o livro *Grammatica portugueza* (1881) (POLIANTEIA, 1946).

Segundo Valdemarin (2004), o método de ensino intuitivo estava diretamente relacionado à observação e a ideia de que a escola deveria ensinar os conteúdos vinculados ao cotidiano das crianças, ou seja, os elementos da realidade do aluno eram trazidos para os exercícios da sala de aula. Tal método pode ser percebido nos exercícios que Silva Jardim propunha para o ensino da leitura e escrita, que apresentarei de forma detalhada no Capítulo 3 deste livro.

A respeito desse método, Valdemarin (2008) ressalta que o manual *Primeiras lições de Coisas*, de Calkins, foi um

[...] marco significativo da tentativa de implantar o método de ensino intuitivo no ensino brasileiro, que remonta ao decênio de 1880, expressa a pretensão de adotar um método didático consoante com a renovação pedagógica em curso na Europa e nos Estados Unidos da América, cujos efeitos poderiam ser irradiados para toda a sociedade, implementando as transformações sociais, políticas e econômicas almejadas nas últimas décadas do Império. (VALDEMARIN, 2008, p.89-90).

Embora o método intuitivo somente tenha se tornado oficial com a Reforma “Caetano de Campos”, em 1890, pode-se observar que Silva Jardim já apontava os benefícios desse método para o desenvolvimento mental das crianças. Além disso, Silva Jardim ressaltava a importância da função do professor no âmbito do ensino pelo método intuitivo, pois, segundo ele, o professor bem preparado poderia melhor desenvolver exercícios e atividades, de acordo com as necessidades de seus alunos.

1.2.1 Os professores positivistas na Escola Normal de São Paulo

A Escola Normal de São Paulo foi um dos polos de anseios de modernização do Brasil por meio da formação de professores que ensinariam a leitura e escrita para as crianças. Na visão dos governantes do Império, a Escola Normal de São Paulo representava um local no qual poderiam ser ensinados conteúdos eficientes no controle do povo, porém, para alguns professores dessa instituição, a educação estava diretamente atrelada à formação de uma nação, com a bandeira do consertar melhorando. Dentre esses professores que almejavam a formação de uma nação, destaca-se Silva Jardim.

No início do Império brasileiro, a religião impunha seus valores conforme interesse dos governantes, mas ideias contrárias a essa união estavam fervilhando entre os jovens, principalmente entre os alunos da Faculdade de Direito de São Paulo. Nessa instituição, circulavam entre os futuros bacharéis as ideias decorrentes da separação entre Estado e Igreja, pautados no Positivismo de Comte e no cientificismo do século XIX.

A Faculdade de Direito de São Paulo tornou-se um local onde se formavam os bacharéis que eram contratados pela Escola Normal de São Paulo, uma vez que não havia uma escola de formação de professores, a não ser a que acabava de ser implantada e que depois de recorrentes processos de abertura e reabertura, finalmente se constitui como um espaço de formação de professores.

Dentre os bacharéis que atuaram na Escola Normal de São Paulo, conforme a distribuição das Cadeiras do ano de 1884 destacam-se os professores Antonio da Silva Jardim, Godofredo Furtado e Cypriano de Carvalho. Esses professores, segundo Bauab (1972, p. 04) foram os “difusores” do Positivismo na Escola Normal de São Paulo. Ainda de

acordo com Bauab (1972), esses professores defendiam o ensino laico em detrimento do ensino religioso, porém, a postura desses professores foi muito condenada pelo diretor da Escola Normal, porque eles estavam se utilizando de uma prática de ensino fora dos princípios religiosos.

Capítulo 2

Antonio da Silva Jardim: Um Homem de Múltiplas Facetas

FIGURA 1- PROFESSOR ANTONIO DA SILVA JARDIM (1860-1891)



Fonte: Revista *Grandes Personagens da História* (1970)

2.1 Aspectos da vida, formação e atuação profissional

Antonio da Silva Jardim nasceu durante o período Imperial²³ brasileiro, no dia 16 de agosto de 1860, na cidade de Capivari (RJ), atual município de Silva Jardim²⁴.

Filho de Gabriel da Silva Jardim²⁵ e de Felismina Leopoldina de Mendonça Jardim ambos eram “[...] pequenos lavradores na então província do Rio de Janeiro” (LEÃO, 1895, p. 04), Silva Jardim teve contato com as primeiras letras na infância. Seu pai, Gabriel da Silva Jardim, era professor de primeiras letras e ensinava os rudimentos da leitura e da escrita em sua própria casa. E, conforme apontam seus biógrafos, Silva Jardim, por ter desenvolvido o gosto pelos estudos, aos 11 de idade já ensinava os colegas de classe quando na ausência de seu pai.

Ainda durante sua infância, apesar das dificuldades econômicas pelas quais o seu pai passava, Silva Jardim, por ser um aluno muito dedicado, “[...] foi para Niterói fazer os estudos secundários. Ali contraiu varíola benigna, que lhe deixou marcas no rosto por toda vida. Após a cura, retomou os estudos no colégio secundário Silva Pontes [...]” (GUZZO, 2003, p. 12).

²³ O No Brasil, Império é “[...] o período compreendido entre a independência em 1822 e a proclamação da República, em 1889 [...] O Império foi, portanto, a materialização de um projeto político que, na sua gênese, sequer rompia o estatuto colonial do Brasil, embora o colocasse em posição estratégica no mundo ultramarino português” (VAINFAS, 2008, p. 358).

²⁴ No dia 09 de agosto de 2010, o município de Silva Jardim comemorou o sesquicentenário de nascimento de seu patrono. E, durante as comemorações foram organizadas exposições e premiação dos vencedores dos projetos “Meu bairro” e “História da minha cidade”. Ainda teve premiação das melhores redações sobre “Os republicanos”. Disponível em: http://www.silvajardim.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=95&Itemid=2. Acesso em: 30 set. 2012.

²⁵ Gabriel Jardim “[...] nascido em 2 de julho de 1841, casou-se aos 18 annos, entregando-se aos misteres ruraes até 1865, em que por instancia de amigos fundou uma escola particular, que aproveitou á infancia de Silva Jardim” (LEÃO, 1895, p. 05).

Em 1874, com 14 anos, Silva Jardim foi estudar no Colégio Mosteiro de São Bento²⁶, em Niterói (RJ), onde recebeu a educação católica. No ano seguinte, em 1875, estudou no Externato “Jasper”²⁷, enfrentando dificuldades financeiras que ameaçavam sua permanência nessa instituição. Por esse motivo, a fim de complementar a renda familiar e pagar as despesas com seus estudos, Silva Jardim auxiliou o ex-professor Jasper L. Harben²⁸ nas aulas particulares de inglês que eram ministradas por esse professor (GUZZO, 2003, p. 13).

Entre 1875 e 1878, Silva Jardim iniciou os estudos preparatórios para o curso de Direito no Rio de Janeiro (RJ) e teve como colega o poeta Raimundo Corrêa²⁹. No ano de 1878, mudou-se para São Paulo e ingressou com 18 anos incompletos na Faculdade de Direito de São Paulo (SP). Nesse período Silva Jardim

[...] fez parte da Bucha³⁰ quando estudante, tendo mesmo servido de intermediário entre ela e a Maçonaria, juntamente com Teófilo Dias. Daí os elogios que recebeu do ‘bucheiro’ Rangel Pestana [...] Como todos de sua geração, contudo, sofreu influência das variadas sociedades secretas então atuantes nos meios acadêmicos, que se

²⁶O Colégio de São Bento foi fundado pelos monges do mosteiro de São Bento, em 1858. Trata-se de ma instituição educativa católica beneditina para meninos. Disponível em: <http://www.osb.or.br/mosteiro/index.php>. Acesso em: 22 nov. 2012.

²⁷ Não localizei informações, até o momento, sobre essa instituição.

²⁸ Jasper L. Harber foi diretor do Externado “Jasper” e autor do livro *Prosódia Inglesa: novo methodo para aprender a pronunciar e fallar com facilidade todas as palavras da lingua ingleza*, publicado em 1878. (REVISTA ILUSTRADA, 1878, p. 07).

²⁹ Raimundo Corrêa nasceu em 13 de maio de 1859 no Maranhão e morreu em 13 de setembro de 1911 em Paris. Mais informações disponíveis em: <http://www.osb.org.br/mosteiro/index.php>. Acesso em: 9 ago. 2012.

³⁰ Entre 1828 e 1832, foi fundada a “Burschenschaft”, por Júlio Frank. A Bucha, como ficou conhecida tinha como integrantes alguns estudantes do Curso Anexo da Academia de Direito. Essa sociedade de jovens era um tipo de maçonaria “secreto, liberal e filantrópica” em prol das ideias liberais e republicanas. Além auxiliava no pagamento de despesas dos estudos de alunos mais pobres. (MONTROYAMA, 2006, p. 75)

refletiram mais tarde em suas atividades propagandística (LIMA, 1987, p. 46).

Segundo Carvalho (2010, p. 32), a Maçonaria “[...] no passado emprestou a sua organização para um país que não possuía partidos políticos”. O século XIX foi marcado pela atuação de muitos maçons, pois “[...] era grande a efervescência nas Lojas e nos clubes republicanos de inspiração maçônica, destacando-se, nesse período, muitos maçons civis, que seriam chamados de “republicanos históricos”³¹: [...] Silva Jardim” (p. 42-43).

O ingresso na Faculdade de Direito de São Paulo representou um marco na trajetória intelectual de Silva Jardim, pois, além de confirmar sua notável capacidade e inteligência para os estudos, seu ingresso na vida acadêmica contribuiu para definir seu perfil ideológico e político. Segundo Fernandes (2008, p. 16), a estadia de Silva Jardim nessa instituição

[...] foi de fundamental importância para sua formação, não só pela aprendizagem acadêmica propriamente dita, mas, principalmente pela inserção que conseguiu junto à **elite intelectual e política do país** [...] (FERNANDES, 2008, p. 16, grifos meus).

Implantada em 1827, poucos anos após a Independência do Brasil, a Faculdade de Direito de São Paulo contribuiu para o desenvolvimento

³¹ Além de Silva Jardim, Carvalho (2010, p.42-43) destaca a atuação de “Quintino Bocayuva (fundador do jornal *A República* e futuro Grão-Mestre do GOB), Campos Sales (futuro Presidente da República), Prudente de Moraes (primeiro presidente civil da República), Silva Jardim, Rangel Pestana, Francisco Glicério, Américo de Campos, Pedro de Toledo, Américo Brasiliense, Ubaldino do Amaral, Aristides Lobo, Bernardino de Campos e outros”.

da Nação e representava a elite intelectual e política do país. Além disso, foi um polo de formação de bacharéis, muitos deles se tornaram futuros governantes e administradores públicos.³²

Foi também no clima da vida acadêmica que Silva Jardim conheceu e aderiu aos preceitos do Positivismo de Auguste Comte³³. Inicialmente, Silva Jardim esteve vinculado aos positivistas ortodoxos que “[...] queriam um presidente forte, um cérebro ativo na chefia do Estado” (BOSI, 1992, p. 237), porém, algumas tensões de ordem política e social o fizeram optar pelas ideias do Evolucionismo³⁴ que, assim como ele, defendiam “reformas espontâneas, lentas e graduais” (BOSI, 1992, p. 237).

O período em que Silva Jardim permaneceu na Faculdade de Direito de São Paulo contribuiu para sua formação intelectual. Os autores

³² Essas informações foram extraídas da seção “História” do site da Faculdade de Direito de São Paulo. Disponível em: http://www.direito.usp.br/faculdade/index_faculdadehistoria01.php. Acesso em: 10 dez. 2012.

³³ Isidore-Auguste-Marie Xavier Comte nasceu em Montpellier em 19 de janeiro de 1789 e faleceu em Paris no dia 5 de setembro de 1857. A essência do pensamento comtiano é a “humanidade, ciência, síntese e fé”. (RIBEIRO, 1988, p. 08)

³⁴ Como se sabe, o Evolucionismo é uma corrente filosófica que se desenvolveu na Europa, ao longo do século XIX, a partir dos estudos de Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829) e Charles Darwin (1809-1882). Embora haja diferentes vertentes do Evolucionismo, todas elas partem do princípio de que a evolução (adaptação às alterações ocorridas no meio ambiente) é uma condição natural de todos os seres. Além de Darwin e Lamarck, outros importantes representantes do Evolucionismo foram: Hebert Spencer (1820-1903) e Teilhard de Chardin (1881-1955) (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2008).

preferidos de Silva Jardim foram Luciano Cordeiro³⁵, Sainte-Beuve³⁶, Planche³⁷, Taine³⁸ e Teófilo Braga³⁹. (LIMA, 1987, p. 41).

Apesar do seu temperamento intempestivo e contrário ao regime monárquico que, segundo ele, era um entrave para a modernização do país e causa primária de seu atraso, Silva Jardim conquistou amizades importantes (LEÃO, 1884). Com espírito combativo, Silva Jardim

³⁵ Luciano Baptista Cordeiro de Sousa: Nascido em Mirandela-Portugal, em 1844, Luciano Cordeiro, como ficou conhecido, foi um importante escritor, historiador e geógrafo português. Em 1867, diplomou-se em Letras, pelo Curso Superior de Letras de Lisboa. Concomitantemente a sua formação, serviu à marinha portuguesa, o que lhe rendeu, após sua diplomação, a indicação, pelo Ministério de Guerra de Portugal, ao cargo de professor de Literatura e Filosofia do Real Colégio Militar de Portugal. Ao longo de sua atuação profissional, além de ter lecionado nesse Colégio, Luciano Cordeiro: fundou, em 1876, a Sociedade de Geografia de Lisboa; foi deputado, entre 1882 e 1884; e proferiu palestras em países da Europa e da África. Aos 56 anos de idade, Luciano Cordeiro faleceu em 1900, em Lisboa. (MACHADO, 1891).

³⁶ Charles Augustin Sainte-Beuve: nascido em Bolonha-França, em 1804, Sainte-Beuve consagrou-se como escritor e estudioso da literatura francesa. Diplomado médico pela Escola de Medicina de Paris, Sainte-Beuve não seguiu a carreira médica. Logo após se diplomar, passou a atuar no jornal parisiense *Le Globe*, onde conheceu, dentre outros, o escritor Victor Hugo. A partir de sua experiência profissional nesse jornal, Sainte-Beuve passou a escrever romances, poemas e estudos de crítica literária. No âmbito de sua produção, o livro de crítica *Port-Royal*, publicado entre 1840 e 1859, em cinco volumes, é um dos mais conhecidos e estudados pelos estudiosos da crítica literária francesa. Sainte-Beuve morreu em Paris, em 1869. (ENCYCLOPÉDIE..., s.d).

³⁷ Não localizei informações sobre esse autor.

³⁸ Hippolyte Adolphe Taine: Nascido em Vouziers-França, em 1828, Hippolyte Taine foi um dos membros da Academia Francesa, tendo se destacado no âmbito de sua atuação profissional como crítico e historiador francês. Diplomado pela Escola Normal de Paris, em 1848, Hippolyte Taine atuou como professor da Escola de Belas-Artes de Paris e escreveu um conjunto significativo de livros sobre história e crítica da literatura francesa. No âmbito de sua atuação profissional, Hippolyte Taine ficou conhecido como um importante disseminador do Positivismo na França. Aos 65 anos de idade, Hippolyte Taine morreu em Paris, em 1893. (LAROUSSE, s.d.).

³⁹ Joaquim Teófilo Fernandes Braga: Nascido em Ponta-Delgada-Portugal, em 1843, Teófilo Braga, como ficou conhecido, diplomou-se bacharel em Direito, em 1867, e doutorou-se também em Direito, em 1868. No âmbito de sua atuação profissional, Teófilo Braga exerceu o cargo de professor do Curso Superior de Letras de Lisboa, onde tomou contato mais direto com as ideias do Positivismo de Auguste Comte. Além de atuar como professor, Teófilo Braga também atuou como colaborador de jornais portugueses escreveu livros literários e livros sobre história e crítica da literatura europeia. Teófilo Braga morreu em Lisboa, em 1924, aos 81 anos de idade. (PORTUGUAL, s.d.)

escreveu juntamente com o poeta Valentim Magalhães⁴⁰, os folhetos *Idéias de moço* e *Crítica escada abaixo*, nos quais expuseram seus ideais republicanos e críticas aos monarquistas; e o folheto intitulado *O General Osório*⁴¹, no qual fazem uma homenagem póstuma a esse general.

Em 1878, quando cursava o primeiro ano de faculdade, Silva Jardim conheceu Ana Margarida de Andrada, filha de Martim Francisco Ribeiro de Andrada⁴², que era conselheiro e professor de Direito Eclesiástico, da Faculdade de Direito de São Paulo.

O namoro de Silva Jardim com a filha do Conselheiro Andrada possibilitou ampliar ainda mais seu círculo de amizades e, por esse motivo, conheceu o professor Inglês de Sousa⁴³. O estabelecimento de uma relação de amizade com essa importante figura da época rendeu a Silva Jardim algumas ascensões importantes, como, por exemplo, sua nomeação, no dia 2 de agosto de 1880, para secretário e professor da aula primária do sexo masculino à Escola Normal anexa à Escola Normal de São Paulo (SP) e convidado a ser redator do jornal *Tribuna liberal*⁴⁴ de São Paulo.

A atuação de Silva Jardim como secretário da Escola Normal e como professor do Curso Primário Anexo a essa instituição contribuiu para

⁴⁰ Antônio Valentim da Costa Magalhães nasceu no dia 16 de janeiro de 1859 e faleceu no dia 17 de maio de 1903. Bacharelou-se em Direito pela Academia de Direito de São Paulo em 1881. Foi poeta, romancista, dramaturgo, crítico e jornalista brasileiro (BEHAR, 198?)

⁴¹ O folheto *O General Osório* foi comercializado e todo dinheiro arrecado com sua venda seria destinado à construção de um monumento em homenagem ao falecido General Osório. Essa informação foi extraída do jornal *A constituinte*, publicado em São Paulo, em 1879

⁴² Martim Francisco Ribeiro de Andrada diplomou-se em filosofias e matemáticas, na Universidade de Coimbra (Portugal). Em 1821 inicia sua carreira política como secretário do governo provisório de São Paulo. Em 1822 foi ministro da fazenda. Em 1823 foi eleito como deputado de sua província para a Assembleia Constituinte de 1823. Faleceu em 1844. (VAINFAS, 2008, p. 527).

⁴³ Hercúlo Marcos Inglês de Sousa nasceu em 1853 na cidade de Óbidos no estado do Pará e morreu em 1918 no Rio de Janeiro. Formado em Direito, foi presidente do Espírito Santo e do Maranhão. Foi professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro fundador da Academia Brasileira de Letras. (MOISÉS, 2001, p. 42).

⁴⁴ Silva Jardim foi redator e revisor literário do jornal *Tribuna Liberal* (SILVA JARDIM, 1891).

suas aspirações e propósitos em prol da modernização da educação do Brasil. Nessa instituição, era responsável por formar professores primários para o ensino da leitura e da escrita; estava aí a possibilidade de combater o analfabetismo no país. (MORTATTI, 2000a).

Como professor da seção masculina do Curso Primário Anexo à Escola Normal, Silva Jardim, motivado pelas inovações educacionais da época,

[...] tornou-se partidário da cartilha de João de Deus, que se ajustava às suas concepções positivas. O livro ensinava a ler pelo método da palavração, isto é, não por meio de sílabas, nem soletrando, e sim logo através de palavras completas, das mais simples às mais complexas. (QUEIROZ, 1967, p. 50).

Os cargos ocupados por Silva Jardim na Escola Normal muito contribuíram para sua permanência na faculdade de Direito, pois, além de pagar seus estudos, ele podia ajudar seus pais. Assim, em abril de 1882, aos 22 anos de idade, Silva Jardim formou-se bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo.

Nesse mesmo ano, Silva Jardim foi convidado por Inglês de Sousa, o então presidente da província do Espírito Santo, para propagar o “novo método” de ensino — o método “João de Deus” — por meio de conferências públicas sobre as vantagens desse método para o ensino da leitura, que já utilizara quando ainda era professor do Curso Primário Anexo à Escola Normal de São Paulo.

Entre os dias 18 e 28 de julho de 1882, Silva Jardim permaneceu em Vitória, capital da província do Espírito Santo, para divulgar esse novo

método de ensino, conforme as cláusulas do contrato acordado com Inglês de Sousa. Segundo Silva Jardim, as cláusulas do contrato eram:

1º a propagar o methodo JOÃO DE DEUS, lecionando gratuitamente a todas as pessoas que o desejassem aprender; 2º a fazer sete conferencias publicas, justificando a importância do referido methodo e sua utilidade; 3º a abrir um curso publico diario com 42 lições para professores, professoras e mais pessoas; 4º a leccionar em casas particulares, sem remuneração alguma, contanto que o tempo gasto com todas as lições não excedesse a sete horas por dia; 5º a apresentar no fim do curso um relatório circunstanciado de todos os meus trabalhos, incluindo noticias detalhadas sobre o resultado que tivesse obtido n'esta Provincia com meu curso diario (SILVA JARDIM, 1882, p. 04)

Além das conferências, Silva Jardim ensinava em casas particulares e promovia cursos diários para ensinar os professores a ensinar leitura pelo método “João de Deus”. Essas conferências proferidas por Silva Jardim na província do Espírito Santo davam-lhe grande prestígio para sua atuação como professor e divulgador do método “João de Deus”; por outro lado, Inglês de Sousa recebeu críticas negativas por tê-lo convidado a proferir essas conferências nessa província.

Segundo Gontijo e Gomes (2012, p. 82), o motivo pelo qual Inglês de Sousa convidou Silva Jardim para divulgar o método “João de Deus” na província do Espírito Santo estava relacionado a dois fatores: Inglês de Sousa já conhecia o trabalho primoroso realizado por Silva Jardim no Curso Primário Anexo à Escola Normal; e Inglês de Sousa considerava o “método de primeiras letras” (soletração), adotado pela província do Espírito Santo, “defeituoso e atrasado”.

Diante desses fatores, Inglês de Sousa justificou a vinda de Silva Jardim atribuindo a esse professor a função de divulgar um método eficaz para o ensino da leitura, que pudesse contribuir para a reforma da instrução pública primária na província do Espírito Santo.

No entanto, a ida de Silva Jardim para a província do Espírito Santo causou certo desconforto entre os redatores dos jornais *A Província do Espírito-Santo* e *Espírito-Santense*. Segundo Gontijo e Gomes (2012), as tensões entre os redatores desses jornais estavam relacionadas às questões de métodos de leitura. O jornal *A Província do Espírito-Santo* defendia a vinda de Silva Jardim, bem como sua didática, por serem partidários do método intuitivo para o ensino. Porém, o jornal *Espírito-Santense*

[...] publicou um editorial com o título *Coisas do Sr. Inglês*, criticando, entre outras iniciativas do Presidente da Província, o fato de estar fazendo gastos excessivos com a divulgação do Método João de Deus que já era conhecido na Província, antes mesmo da vinda de Silva Jardim (GONTIJO; GOMES, 2012, p. 122).

Depois de atuar na província do Espírito Santo, de volta a São Paulo, em outubro de 1882, Silva Jardim se inscreveu para o concurso para o provimento da Cadeira de “Grammatica e Lingua Nacional” da Escola Normal de São Paulo. Nesse concurso se inscreveram, além de Silva Jardim, Manoel José Trancoso⁴⁵ e Júlio Ribeiro (D’AVILA, 1946, p. 91). As inscrições para esse concurso encerraram-se em março de 1883 e, após a realização das provas, nesse mesmo ano, Silva Jardim foi aprovado no dia 26 de abril de 1884 e nomeado professor vitalício da Cadeira de “Gramática e Lingua Nacional” da Escola Normal de São Paulo. Segundo

⁴⁵ Até o momento não localizei informações sobre esse professor.

Queiroz (1967), além do seu trabalho como professor, Silva Jardim ministrava aulas particulares.

No mesmo ano de seu ingresso como professor na Escola Normal, em 1º de maio de 1883, Silva Jardim casou-se com Ana Margarida Bueno de Andrada e, após nove meses de casado, nasceu seu primeiro filho, cujo nome também era Antonio da Silva Jardim. Além desse filho, Silva Jardim teve outros dois, Condorcet e Clotilde Sofia, que morreram precocemente (FERNANDES, 2008, p. 71). Segundo Fernandes (2008, p.71), “[...] a valorização pela família, a admiração pelo jacobinismo *a la* Danton e à filosofia de Condorcet, bem como a filiação ao Positivismo estão expressos nos três filhos”.

No dia 21 de abril de 1884, em cumprimento ao Artigo 8º. do *Regulamento de 1880...* da Escola Normal de São Paulo, Silva Jardim proferiu a Conferência *Reforma do ensino da lingua materna* à Congregação dessa instituição de ensino. A versão escrita do resumo dessa Conferência foi publicado em formato de opúsculo e divulgado aos alunos da Escola Normal como um modelo de como ensinar a leitura.

Concomitantemente à atuação como professor da Escola Normal de São Paulo, Silva Jardim foi diretor da Escola Neutralidade⁴⁶ na cidade de Santos, na província de São Paulo. Essa escola foi fundada por Silva Jardim, juntamente com o professor João Köpke⁴⁷, no ano de 1884. Com a fundação dessa instituição de ensino, Silva Jardim

⁴⁶ A Escola Neutralidade era destinada a crianças e a adolescentes de 7 e 18 anos e seu ensino era pautado no método intuitivo e concreto. A esse respeito, ver, especialmente, Hilsdorf (1986).

⁴⁷ João Köpke nasceu em 1852, em Petrópolis, na Província do Rio de Janeiro, João Köpke bacharelou-se em Direito pela Academia de Direito de São Paulo, em 1875. Após atuar três anos na área do direito, como promotor e advogado, João Köpke abandonou a magistratura para se dedicar às questões relativas à Educação (Instrução Pública). No âmbito de sua atuação profissional, João Köpke: entre 1881 e 1883, foi professor do Colégio Culto à Ciência e do Colégio Florence, ambos de Campinas (SP); em 1878, foi nomeado professor substituto do Curso Anexo à Academia de Direito de São Paulo, voltando a atuar nesse cargo, entre 1883 e 1885; fundou, em 1884, com

[...] pretendia livremente pôr em prática os seus métodos pedagógicos e desenvolvê-los. Perturbadora novidade para época, a escola era laica. Seu nome, a Escola Neutralidade, tencionava indicar justamente este caráter “neutro” em face da religião. (QUEIROZ, 1967, p. 52).

O ano seguinte, 1885, foi bem conturbado para Silva Jardim. Embora convicto de seus ideais republicanos, durante as eleições da Província de São Paulo desse ano, optou por defender o monarquista e conselheiro, Martim Francisco de Andrada, que era seu sogro.

Tal fato foi assim justificado por Silva Jardim:

[...] quando voto, voto no partido que mais me parece estar aproximado das minhas idéas, desde que se compromete a pugnar por um certo numero de medidas, que julgo necessárias á minha Patria. (LEÁO, 1895, p. 83).

Ainda no ano de 1885, “[...] após a morte de seu sogro, de sua filhinha Clotilde (recém-nascida) e de seu cunhado” (GUZZO, 2003, p.16), Silva Jardim pediu licença de suas atividades na Escola Normal de São Paulo e foi para a cidade de Santos,

[...] onde se hospedou na casa de seu velho protetor e amigo Inglês de Sousa. Na cidade portuária advogava e residia, também, outro cunhado

Silva Jardim, a Escola Primária Neutralidade, na capital da Província de São Paulo, tendo atuado como diretor dessa escola até 1886; e, em 1888, mudou-se definitivamente para o Rio de Janeiro, onde fundou a Escola Primária Neutralidade - Instituto Henrique Köpke (MORTATTI, 2002). Para informações mais detalhadas sobre João Köpke, ver: Mortatti (2002)

seu, o Dr. Martim Francisco Júnior, homem culto, inteligente da cidade e percebendo boas perspectivas, Silva Jardim resolver ficar. Pediu demissão da Escola Normal de São Paulo e montou um estabelecimento de ensino particular primário e secundário, ao qual, a princípio se dedicou de corpo e alma. (QUEIROZ, 1967, p. 54).

A escola “José Bonifácio” foi fundada por Silva Jardim, em Santos, e nela atuou como diretor e professor. Essa escola, no ano de sua fundação, “[...] contava com 57 alunos, incluindo 30 de um professor do lugar a quem chamára a si e dava bom ordenado e achava-se satisfeito com a prosperidade do estabelecimento” (LEÃO, 1895, p. 129).

No período em que permaneceu na cidade de Santos, Silva Jardim “[...] conviveu com advogados, intelectuais descontentes, pequenos comerciantes irritados, estivadores e libertos, visitando os quilombos, refúgio e cidadela dos negros da Província” (LIMA, 1987, p. 59).

Contudo, nesse período, deixou o cargo de diretor e sócio da Escola Neutralidade e, no ano seguinte, em 1887, filiou-se ao Clube Republicano⁴⁸ de Santos. A partir de sua adesão a esse clube, iniciou suas conferências sobre o abolicionismo e as possibilidades de uma República brasileira, uma vez que ele foi militante e combatente contra a escravidão e lutou em sociedades secretas que libertavam escravos negros. (QUEIROZ, 1967; GUZZO, 2003).

A partir de sua participação no Clube Republicano de Santos, esse conhecido pela sua marca política de esquerda (FERNANDES, 2008) Silva Jardim, aos 27 anos de idade,

⁴⁸ O Clube Republicano de Santos era marcado por uma política abolicionista e “[...] que nunca abandonou a causa da libertação dos escravos às suas ideias progressistas” (GUZZO, 2003, p. 16).

[...] penetrou, súbitamente, no limiar de uma fase inteiramente nova de sua vida. Até ali – era assim que sentia – tinha andado às apalpadelas, como quem nunca vira de cheio a luz do mundo. Encontrava agora a sua determinação, o seu caminho, a sua existência construtiva. E após sua entrada decisiva na política nacional, ao discursar no comício de protesto contra o Terceiro Reinado e de apoio à atitude rebelde da Câmara de São Borja partiria pelo Brasil afora, na sua longa viagem de agitador e propagandista da República–homem de luta populares, enérgico e consciente como poucos tivera até então a nossa Pátria. (QUEIROZ, 1967, p. 56).

Os anos de 1888 e 1889 foram marcados por um período de efervescência política na vida de Silva Jardim. Nessa época, ele passou a desempenhar o papel de propagandista da República, propriamente brasileira. Lima (1987) afirma que, nesse período,

[...] Silva Jardim fazia um julgamento contundente e abrangente de toda a instituição monárquica, de modo a ressaltar, perante a população, os seus defeitos e insuficiências, contrapondo-lhe a República [...] instituição estabelecida dentro dos princípios do positivismo, de ordem e progresso (LIMA, 1987, p. 52).

Durante sua trajetória como propagandista da República pelo Brasil, Silva Jardim visitou várias cidades das províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul a fim de apresentar as vantagens em o Brasil se tornar República. Em seus discursos e debates, Silva Jardim conquistou muitas amizades, mas também fez inimigos que ameaçaram sua integridade física. Todas as despesas com essas viagens eram pagas por tributos próprios, o que

mostrava seu anseio e determinação a favor da Abolição e da queda da monarquia (LEÃO, 1895).

Após a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, Silva Jardim, em uma de suas viagens à Itália, ao visitar o Vulcão Vesúvio, caiu em uma das crateras desse vulcão e morreu em 1º de julho de 1891. Sua morte representou, segundo muitos estudiosos, “a morte de um republicano e o nascimento da República”.

Aos seus adversarios, os que assim concorreram, para seu exílio voluntario e morte súbita, si bem que imprevista, ficou sempre desimpedido o caminho dos traves que as pessoas honestas opções aos desmandos políticos e, envolta com essas vantagens na fruição dos gozos públicos, o remorso das consciências traiçoeiras e ambicionas. (LEÃO, 1895, p. 290).

2.2 Bibliografia de Antonio da Silva Jardim

Concomitantemente a sua atuação profissional, Silva Jardim teve publicados textos de sua autoria, nos quais expressa parte dos seus anseios e pensamentos políticos.

No instrumento de pesquisa *Bibliografia de e sobre Antonio da Silva Jardim*: um instrumento de pesquisa (PASQUIM, 2012) reuni 139 referências de textos de outros autores sobre Silva Jardim e de textos que contêm menções a Silva Jardim, sua atuação profissional e produção escrita e/ou citações de textos seus. Essas referências estão ordenadas em duas seções: “Bibliografia de Antonio da Silva Jardim”; e “Bibliografia sobre Antonio da Silva Jardim”.

Na seção “Bibliografia *de* Antonio da Silva Jardim” desse instrumento de pesquisa, encontram-se 45 referências de textos de Silva Jardim, subdivididas em 11 subseções, conforme os tipos de textos que localizei, até o momento. Os títulos das subseções e a quantidade de referências correspondentes a cada uma delas são as seguintes: folhetos, 9 ; folhetos em co-autoria, 2 ; livro póstumo, 2 ; opúsculo, 1 ; artigos em jornais, 10 ; circulares, 2; manifestos, 1 ; conferências, 5 ; discursos, 9 ; relatório em co-autoria, 1; e correspondência, 1.

Para proporcionar visão de conjunto e síntese de suas publicações, apresento, no Quadro 1, a bibliografia *de* Antonio da Silva Jardim, ordenada por tipo de texto e distribuída por ano de publicação, entre 1878 e 1978.

QUADRO 1- BIBLIOGRAFIA *DE* ANTONIO DA SILVA JARDIM, POR TIPO DE TEXTO E ANO DE PUBLICAÇÃO, ENTRE 1878-1978

Tipo texto	Obras (Folhetos e/ou Livros)	Obras em co-autoria	Obras póstumas	Opúsculo	Artigos em jornais	Circulares e Manifestos	Conferências e discursos	Relatórios	Correspondência	Total por ano
Ano de publicação										
1878	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
1879	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
1880	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
1882	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
1883	-	-	-	-	1	-	1	-	-	2
1884	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
1885	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
1888	1	-	-	-	1	-	8	-	-	10
1889	4	1	-	-	9	3	4	-	-	17
1890	1	-	-	-	-	-	1	-	-	2
1891	-	-	1	-	-	-	-	-	1	2
1978	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
[s.d]	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Total geral	9	2	2	1	11	3	14	1	1	45

Fonte: Bibliografia *de* e *sobre* Antonio da Silva Jardim: um instrumento de pesquisa (PASQUIM, 2012)

Como se pode observar pelas informações apresentadas no Quadro 1, das 44 referências de textos de Silva Jardim que localizei e reuni, até o momento, 70% (30 referências de textos) foram resultantes de suas

conferências, discursos e manifestos publicados entre 1888 e 1889, como propagandista republicano

Essas conferências, discursos e manifestos foram apresentados no livro *Propaganda Republicana* (1888-1889): discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho, publicado em 1978 pela Fundação Casa de Rui Barbosa e Conselho Federal de Cultura (RJ). Foi por meio desse texto que pude localizar e ter acesso à maioria dos textos de Silva Jardim.

Em 1878, Silva Jardim, em co-autoria com Valentim Magalhães, teve publicada a obra *Idéias de moço*, na qual defendem o ideal da República. Em 1889, também em co-autoria com Valentin Magalhães, teve publicado o artigo *General Osório*, no jornal *Tribuna Liberal*.

Em 1879, Silva Jardim teve publicado o artigo *A gente no mosteiro*, pelo jornal Tip. *Tribuna Liberal* (SP). Segundo Queiroz (1967), Lima (1987) e Dornas Filho (1936), em uma reunião entre calouros e veteranos da Faculdade de Direito de São Paulo, Silva Jardim, quando recém-ingresso nessa instituição, pediu a palavra em um momento não oportuno. Tal atitude foi criticada pelos veteranos. Com relação a esse episódio, na obra *Gente no mosteiro*, Silva Jardim “[...] acusa os colegas de serem autoritários e elitistas, questionando, inclusive, a capacidade de ser, choeram críticas em todos os jornais dos estudantes, e também nos muros” (FERNANDES, 2008, p. 73).

Em 1880, foi publicada a obra *Critica escada abaixo* em que, segundo Fernandes (2008, p. 73), Silva Jardim “[...] busca enveredar pelo caminho da crítica literária, debatendo a visão que Camilo Castelo Branco possuía do Brasil, acusando-o de destilar ódio ao país”.

Em 1884, foi publicado o opúsculo *Reforma do ensino da lingua materna*, pela tipografia Jorge Seckler (SP). Trata-se da versão escrita do

resumo da Conferência⁴⁹ pública proferida por Silva Jardim, professor da 1ª. Cadeira “Grammatica e Lingua Nacional” da Escola Normal de São Paulo (SP), publicada em formato de opúsculo. Sobre essa conferência tratarei detalhadamente no Capítulo 3 deste livro.

Ainda em 1884, juntamente com o professor João Köpke, Silva Jardim escreveu um relatório sobre a Escola Primária Neutralidade, no qual apresentaram alguns resultados do funcionamento dessa escola. Esse relatório foi publicado em 1885, pela editora Leroy King Bookwalter (SP).

Entre 1888 e 1889, período no qual Silva Jardim se dedicou quase exclusivamente à propaganda republicana, teve publicadas as seguintes obras: *A republica no Brazil*: compendio de theorias e apreciações políticas destinado a propaganda republicana... (1888); *A republica no Brazil* (1889); *Pela republica e contra a monarquia*: conferencia populares (1889); *Carta política ao país e ao partido republicano* (1889); e *Pela republica e contra a monarquia*: conferencia populares (1889).

Além dessas obras, ainda nesse período (1888-1889), outros artigos em jornais, discursos, manifestos, circulares e conferências foram publicados em diferentes jornais, em especial, os das províncias de São Paulo e do Espírito Santo, nos quais Silva Jardim mostrava-se declaradamente contra a Monarquia e a favor do Abolicionismo, Positivismo e a instauração da República.

A preocupação de Silva Jardim em defender a República em oposição à da Monarquia pode ser observada nos títulos de seus artigos, tais como: “A caminho”, “A conspiração”, “A mentira do trono”, “A propaganda republicana”, “A situação republicana”, “Carta política ao País” e ao “Partido Republicano”, “Política Republicana”, e “Manifesto à Província” e ao “País”.

⁴⁹ Tratarei dessa conferência de forma mais detalhada no Capítulo 3 deste livro.

Logo após sua morte, em 1891, foi publicada a obra póstuma *Memórias e viagens I – Campanha de um propagandista* (1887-1890), pela editora Typ. Comp. Nacional (Lisboa-Portugal). Segundo Fernandes (2008, p. 75), esse livro é “[...] composto de longas transcrições de discursos ou artigos anteriores, mas recheados de reflexões do propagandista decepcionado com os rumos da jovem república e de justificativas do autor para uma série de posturas adotadas em sua vida”.

Em 1978, foi publicado pela Fundação Casa de Rui Barbosa e Conselho Federal de Cultura, o livro *Propaganda Republicana* (1888-1889): discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados, de Barbosa Lima Sobrinho. Lima Sobrinho (1987), no prefácio desse livro, destaca que

[...] a leitura de seus discursos e opúsculos permitirá acompanhar a evolução de suas idéias, num sentido que se poderá classificar de revolucionário, dissociado de tantos cursos e opúsculos permitirá acompanhar a evolução de suas idéias, num para a conquista do poder. Isso é o que caracteriza a posição singular de Silva Jardim: é que visava, acima de tudo, a formação de uma opinião republicana, como conquista preliminar do advento de um regime, que lhe parecia falso, se não correspondesse a raízes profundamente mergulhadas no espírito do povo brasileiro. (LIMA SOBRINHO, 1987, p. 14).

Esse livro muito contribuiu para que os estudiosos e pesquisadores conhecessem o pensamento e ação política de Silva Jardim. Nele está disponível a maioria dos textos de autoria de Silva Jardim, escritos nos dois anos que antecederam a proclamação da República no Brasil, ou seja, no período em que Silva Jardim atuou como propagandista.

2.3 Bibliografia *sobre* Antonio da Silva Jardim

No instrumento de pesquisa (PASQUIM, 2012), no que se refere à produção escrita *sobre* Antonio da Silva Jardim, reuni 94 referências de textos de outros autores *sobre* Silva Jardim e textos que contêm menções a Silva Jardim, sua atuação profissional e produção escrita e/ou citações de textos seus.

Em relação aos textos *sobre* Antonio de Silva Jardim, ou seja, que tratam especificamente desse autor, reuni 37 referências de texto, que estão assim ordenadas: livros: 17; artigos: 6; capítulos: 3; trabalhos acadêmicos: 4; artigos de jornais: 3; textos completos publicados em anais de evento: 3; e verbete de dicionário: 1.

Em relação aos textos que contêm menções a Silva Jardim, sua atuação profissional e sua produção escrita e/ou citações de textos seus, reuni 57 referências de texto, que estão assim ordenadas: menções e/ou citações em livros: 18; menções e/ou citações em artigos: 16; menções e/ou citações em trabalhos acadêmicos: 10; menções e/ou citações em textos completos em anais de evento: 11; menções e/ou citações em verbete de dicionários: 1; legislação municipal: 1.

Com relação às 94 referências de textos que reuni na seção “Bibliografia *sobre* Antonio da Silva Jardim”, a fim de propiciar visão de conjunto e síntese das publicações *sobre* esse autor, apresento, a seguir, o Quadro 2 e Quadro 3, o qual contém informações relativas às publicações desse autor, distribuídas por ano de publicação e tipo de texto, entre as décadas de 1889 a 2011.

QUADRO 2- BIBLIOGRAFIA *SOBRE* ANTONIO DA SILVA JARDIM, POR TIPO DE TEXTO E ANO DE PUBLICAÇÃO

Tipo Texto								
Ano de publicação	Livros	Artigos	Capítulos	Trabalhos Acadêmicos	Artigos de jornais	Textos em anais de evento	Verbetes em dicionário	Total por ano
1889	1	-	-	-	-	-	-	1
1891-1895	2	-	1	-	-	-	-	3
1930-1939	1	1	-	-	-	-	-	2
1943-1947	1	-	-	-	-	-	-	1
1960-1968	1	-	-	-	3	-	-	4
1973-1978	3	-	-	-	-	-	-	3
1981-1989	4	-	-	-	-	-	-	4
1991-1999	-	1	1	2	-	-	-	4
2000-2009	2	3	1	2	-	1	1	10
2010-2011	-	1	-	-	-	2	-	3
[s.d]	2	-	-	-	-	-	-	2
Total	17	6	3	4	3	3	1	37

Fonte: Bibliografia *de e sobre* Antonio da Silva Jardim: um instrumento de pesquisa (PASQUIM, 2012)

QUADRO 3- TEXTOS COM MENÇÕES A JARDIM, SUA ATUAÇÃO PROFISSIONAL OU PRODUÇÃO ESCRITA E/OU CITAÇÕES DE TEXTOS SEUS, POR TIPO DE TEXTO E ANO DE PUBLICAÇÃO

Tipo de texto							
Ano de publicação	Livros	Artigos	Trabalhos Acadêmicos	Textos em anais de evento	Verbetes de dicionário	Legislação municipal	Total por ano
1889	2	-	-	-	-	-	2
1891-1895	-	1	-	-	-	-	1
1909	1	-	-	-	-	-	1
1930-1939	1	-	-	-	-	-	1
1943-1947	1	-	-	-	-	-	1
1954	1	-	-	-	-	-	1
1960-1968	-	-	1	-	-	-	1
1973-1978	5	-	-	-	-	-	5
1981-1989	-	2	3	-	-	-	5
1991-1999	5	9	4	9	1	1	29
2000-2009	-	3	2	2	-	-	7
2010-2011	2	1	-	-	-	-	3
Total	18	16	10	11	1	1	57

Fonte: Bibliografia *de e sobre* Antonio da Silva Jardim: um instrumento de pesquisa (PASQUIM, 2012)

Como se pode observar no Quadro 3, os textos que contêm menções a Silva Jardim, sua atuação profissional e sua produção escrita e/ou citações de textos seus foram publicados entre 1889 e 2011, ou seja, ao longo de 122 anos. Porém, somente a partir da década de 1990 é possível verificar um aumento das publicações *sobre* Silva Jardim, na qual se concentram 70% da produção *sobre* Silva Jardim.

No período compreendido, entre 1889 e 2011, há intervalos consideráveis sem publicação de textos *sobre* Silva Jardim. São os anos de: 1890, 1892 e 1893. E, é possível observar que, a partir de 1896, há um intervalo de 12 anos, no qual não há textos *sobre* Silva Jardim.

Por meio das informações sintetizadas no Quadro 2, pode-se observar, ainda, que o primeiro texto publicado *sobre* Silva Jardim foi publicado em 1889 e o primeiro texto que contêm menções a Silva Jardim, sua atuação profissional e sua produção escrita e/ou citações de textos seus foi publicado em 1894. Trata-se, respectivamente, do livro *Traços biográficos do Dr. A. da Silva Jardim*, de R. de Sá Valle, e dos livros *Origens republicanas: estudo de gênese política*, de Felício Buarque, e *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*, de Felisbello Freire.

A partir dos dados sintetizados no Quadro 2, pode-se observar que o maior número de referências de textos *sobre* Silva Jardim concentra-se em livros (17 referências) que foram publicados entre 1889 e 2008. O menor número de referências de textos *sobre* Silva Jardim concentra-se em capítulos de livros, artigos de periódicos e/ou revistas *on-line* e trabalhos completos publicados em anais de evento.

Em relação ao maior número de referências de textos que contêm apenas menções a Silva Jardim, sua atuação profissional e sua produção escrita e/ou citações de textos seus concentram-se também em livros (18 referências) e foram publicados entre 1894 e 2005, e o menor número de

referências de texto concentra-se em verbetes de dicionário (uma referência).

Dentre as 37 referências de textos *sobre* Silva Jardim, 17 referências são de livros que contêm biografias e memórias sobre a vida e obra de Silva Jardim, nos quais se pode observar um destaque para sua atuação como adepto do Positivismo e defensor do regime político republicano.

Dentre as 57 referências de sobre Silva Jardim, pode-se observar que, a partir das três últimas décadas, Silva Jardim vem sendo citado no campo da história da educação, em particular, no campo da história da alfabetização no Brasil.

2.3.1 Livros

Os livros *sobre* Silva Jardim foram publicados entre 1889 e 2008. Ao longo de mais de um século, o nome Silva Jardim tornou-se parte importante na compreensão da história do Brasil, sobretudo em relação ao período de transição entre Império-República (1822-1889).

A atuação política, social e educacional de Silva Jardim foi ressaltada por meio da publicação de biografias, memórias, crônicas históricas, estudos e pesquisas. Nessas publicações, Silva Jardim é apresentado como defensor e propagandista da instalação da República no Brasil.

As publicações de livros sobre Silva Jardim se relacionam com momentos históricos de crise ou de conquista pelos quais o Brasil passou ao longo de sua história. Por muitas vezes revelam o silêncio de uma das vozes mais latentes da República, a de Silva Jardim, apresento os resumos analíticos dos livros (estudos, biografias e memórias) sobre Silva Jardim.

Em 1895, quatro anos após o falecimento de Silva Jardim, foi publicada sua primeira biografia. Trata-se do livro *A biographia do illustre propagandista* (hauridos nas informações paternas e dados particulares e officiaes), escrito pelo amigo de José Leão e que foi publicada, em 1895, pela Imprensa do Rio de Janeiro (RJ). Leão (1895) apresenta aspectos da vida e da atuação de Silva Jardim em três momentos: “o homem”, “o propagandista” e “o político”, trazendo aspectos importantes para a compreensão da presença do Positivismo na atuação de Silva Jardim, que

[...] não fez mas que applicar ao caso brasileiro as theorias de Aug. Comte sobre política positiva. Não era um educador phantasia nem um orador imaginoso. O seu temperamento como homem de ensino e de combate é que era original [...] Elle conhecia a fundo o modo de interpretar os sentimentos das massas e em subindo á tribuna lançava um olhar em roda e logo apoderava-se do espirito do auditório, que, em o vendo apparecer, sentia-se desde já influenciado por esse mesmo olhar. (LEÃO, 1895, p. 122).

Passados 41 anos, da publicação do livro de Leão (1895), foi publicado, em 1936, pela Editora Companhia Nacional (SP) outro livro sobre Silva Jardim. Trata-se da biografia intitulada *Silva Jardim*, escrita pelo historiador João Dornas Filho⁵⁰. Dentre os principais aspectos apontados por Dornas Filho (1936) sobre a vida de Silva Jardim, destacam-se os relativos às propagandas republicanas, trazendo inúmeras citações dos episódios sobre sua trajetória política nas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

⁵⁰ João Dornas Filho nasceu em 07 de agosto de 1902, no atual município de Itaúna. Era filho de João Dornas dos Santos, um republicano, co-fundador do Clube Republicano 21 de abril, em 1889. Informações disponíveis no *site* do Acervo Digital “João Dornas Filho”. Disponível em: http://www.viafanzine.jor.br/site_vf/dornas/110_anos.htm. Acesso em: 13 set. 2012.

Além disso, Dornas Filho (1936, p. 167), no capítulo “O pretense suicídio”, destaca que a morte de Silva Jardim foi uma fatalidade e que “[...] só os inimigos, velados ou ostensivos, fazem crer aos incautos a ballela do suicidio, com o fim claro de diminuir as superfícies superiores desse espirito e desse caracter”. O autor conclui que “[...] Silva Jardim será sempre, para os traficantes da Patria, um incommodo phantasma, que não cessará de apontar aos criminosos o destino de todos os perjuros...” (DORNAS FILHO, 1936, p. 190).

Em 1967, foi publicado pela editora Civilização Brasileira (RJ) o livro *Paixão e morte de Silva Jardim*⁵¹, de Maurício Vinhas de Queiroz. Nesse livro é abordado a atuação intensa e marcante de Silva Jardim em favor da instauração do regime republicano no Brasil. No capítulo *Êrro e glória de Silva Jardim*, Queiroz (1967, p.97) afirma que Silva Jardim, embora antiescravista, foi oportunista frente à irritação dos proprietários rurais que, devido à Abolição da Escravatura, se revoltaram contra o governo imperial.

Em 1984, foi publicado pela editora Imprensa Pannartz (SP) o livro *Silva Jardim o esquecido*, de Antônio Roberto de Paula Leite. O autor apresenta em “Nota Liminar” que esse livro foi escrito entre 1963 e 1964 e que foi publicado em décadas posteriores, devido a problemas editoriais. Segundo Leite (1984), esse livro é uma “crônica histórica ou uma antologia”, o qual retrata Silva Jardim como um personagem esquecido da história. Por meio do levantamento de folhetos, livros, correspondências, artigos e conferências, Leite (1984) reúne informações sobre a atuação de Silva Jardim e as citações bibliográficas de outros autores que mencionam e citam aspectos da vida e atuação de Silva Jardim.

⁵¹ A primeira edição desse livro foi publicada em 1947 com o seguinte título: *Uma garganta e alguns níqueis*.

Bem próximo ao centenário de comemoração da República brasileira, foram publicados os livros de Lima (1987) e de Ricci (1987). Ambos os livros incidem sobre aspectos importantes da compreensão do pensamento político de Silva Jardim.

Em 1987, foi publicado pela editora Brasiliiana (SP) o livro *Perfil político de Silva Jardim*, de Heitor Ferreira Lima. Segundo Lima (1987), embora Silva Jardim tenha sido propagandista da República de maneira mais intensa entre os anos de 1888 e 1889, sua atuação significou uma pequena movimentação no campo das ideias sobre o regime que espreitava e ameaçava o Império. Lima (1987) considera que Silva Jardim foi “[...] uma personalidade quase genial, certamente singular e inegavelmente particular em nosso passado” (p. 13). Por fim, Lima (1987) destaca que a participação de Silva Jardim em organizações sociais é resultante de sua formação acadêmica.

Em 1987, foi publicado pela editora da PUC de Campinas (SP) o livro *Ação e pensamento em Silva Jardim*⁵², de Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, cujo objetivo principal foi estudar o pensamento político de Silva Jardim sobre a República. Segundo Ricci (1987, p. 46),

[...] para Silva Jardim, a República a grande fatalidade que deveria ocorrer de imediato para que pudesse de fato sobrevir a reforma popular, que, em mãos da Monarquia jamais teria ocasião de acontecer, pela velha corrupção que de há muito vinha corroendo o nosso Império, facilmente comprovável pelas crises observadas na agricultura, no comércio e no próprio operariado incipiente (RICCI, 1987, p. 46).

⁵² Esse livro foi escrito em 1976 com o título *Considerações sobre o pensamento político de Silva Jardim*.

Nesse sentido, “[...] em matéria de propaganda política, os discursos de Silva Jardim representaram a obra mais completa e melhor acabada de toda a fase precursora da república brasileira” (RICCI, 1987, p. 97). E que sua atuação como propagandista da República foi importante “[...] a abertura de ideias no sentido de movimentação das massas e de sua mobilidade (tanto vertical como horizontal) é mérito maior que podemos encontrar em todo o seu fecundo trabalho” (RICCI, 1987, p. 99).

Em 1989, no ano do centenário da Proclamação da República, foi publicado pela editora Ao livro Técnico (RJ) o livro *Antônio da Silva Jardim: o herói da Proclamação da República*⁵³, escrito por Luiz Antônio Aguiar e ilustrado por Jorge Guidacci. Nesse livro, Aguiar (1989), de forma didática, narra a atuação e empenho de Silva Jardim na instalação do regime republicano, no Brasil, pautado na participação popular. Segundo Aguiar (1989), a figura de Silva Jardim, deve ser destacada no âmbito da história oficial, como um “herói da República”, uma vez que nela permaneceu “escondida como um segredo”. Esse livro trata, portanto, do que o próprio Aguiar (1989) denomina de uma “biografia romanceada sobre Silva Jardim”.

Em 2003, foi publicado pela editora Ícone (SP) o livro *Silva Jardim: política, economia, questão social, abolicionismo e racismo*, escrito por Maria Auxiliadora Dias Guzzo. Nesse livro, Guzzo (2003) destaca a atuação de Silva Jardim frente às principais questões do Império, tais como, “política, economia, abolicionismo e racismo”. Por meio de uma minuciosa pesquisa, a autora traz elementos que contribuem para a compreensão dos sonhos, anseios e aspirações de parte da população brasileira nas décadas finais do século XIX. Por fim, a autora destaca que a

⁵³ Esse livro está presente na bibliografia dos concursos da prefeitura do município de Silva Jardim (RJ).

Proclamação da República não significou a efetivação da cidadania e a democracia tão sonhadas por Silva Jardim.

Em 2008, foi publicado pela editora Humanitas (SP) o livro *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*, escrito por Maria Fernanda Lombardi Fernandes. Nesse livro, Fernandes (2008) insere a figura de Silva Jardim no âmbito dos estudos sobre Ciências Políticas, destacando, principalmente, a faceta política do pensamento de Silva Jardim. Utilizando-se de dois termos que bem exemplificam a trajetória de Silva Jardim, tais como, “esperança e desencanto”, a autora destaca o projeto republicano, decorrente da ação e do pensamento de Silva Jardim.

2.3.2 Capítulos de Livros

Dentre os capítulos de livros localizados, destaco o capítulo “A metodização do ensino da leitura: a ‘missão civilizadora’ de Silva Jardim”, de Mortatti (2000a), no qual a autora apresenta a atuação do professor Antonio da Silva Jardim, na divulgação do “método João de Deus”, concretizado em *Cartilha Maternal ou Arte da Leitura* (1876), do poeta português João de Deus.

Como informei na Introdução, esse livro contém a matriz teórica de minha pesquisa, principalmente no que se refere ao que a autora denomina “primeiro momento” da história da alfabetização no Brasil. Dentre as características desse “primeiro momento”, Mortatti (2000a) apresenta aspectos do pensamento do professor, advogado, político, propagandista, positivista e republicano, Antonio da Silva Jardim (1860–1891) sobre o ensino da língua materna no Brasil e destaca que,

[...] a atuação desse propagandista funda uma tradição: o ensino da leitura envolve necessariamente uma questão de método, apresentando-se o “método João de Deus” (palavração) como fase científica e definitiva nesse ensino e fator de progresso social [...] e de serem suas tematizações as primeiras de caráter programático e cientificamente fundamentadas, produzidas por um brasileiro, a respeito do ensino da leitura e da língua materna [...] (MORTATTI, 2000a, p. 73).

A respeito da tradição fundada por Silva Jardim, tratarei mais detalhadamente no Capítulo 3 deste livro, no qual explorarei a proposta de ensino da leitura e escrita desse professor.

2.3.3 Textos Acadêmicos

No ano de 1991, foi defendida, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a dissertação de mestrado *A trajetória de uma desilusão Silva Jardim e Aníbal Falcão*: dois positivistas revolucionários na transição Império-República (1870-1900), de Almir de Carvalho Bueno⁵⁴.

No ano de 1993, foi defendida, na Universidade de São Paulo (USP), a dissertação de mestrado *República no Brasil*: Quintino de Bocaiúva e Silva Jardim: trajetórias e ideias, Sidney Ferreira Leite⁵⁵.

⁵⁴ Essa dissertação de mestrado foi defendida no Programa de Pós-Graduação em História foi desenvolvida sob a orientação do Prof.Dr. Elias Thomé Saliba.

⁵⁵ Essa dissertação de mestrado foi defendida no Programa de Pós-Graduação em História foi desenvolvida sob a orientação da Prof^á. Inez Garbuio Peralta.

No ano de 2002, foi defendida, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a dissertação *Silva Jardim, o Pedro Eremita da República*, de Edina Ferreira Prado⁵⁶.

No ano de 2004, foi defendida, na Universidade de São Paulo (USP), a tese de doutorado *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*, de Maria Fernanda Lombardi Fernandes⁵⁷.

Como se pode observar, as três dissertações *sobre* Silva Jardim, defendidas entre 1991 e 2002, são resultantes de pesquisas de mestrado em História; e a tese que foi defendida em 2004, é resultante de pesquisa de doutorado em Ciências políticas.

2.3.4 Artigos de jornais

O artigo “Silva Jardim, tribuno intrépido da propaganda republicana”, de autoria de Benjamin Constant, publicado no jornal *A noite ilustrada*, no ano de 1939.

No ano de 1960, foram publicados mais dois artigos em jornais *sobre* Silva Jardim. São eles: “Duas cartas de Silva Jardim a Clovis”, de autoria de Brasil Bandecchi, publicado no jornal *Diário de São Paulo* (SP); e “Silva Jardim e a tragédia do Vesúvio”, de autoria de Brito Broca, publicado no jornal *Correio da Manhã* (SP). Embora não tenha tido acesso a esses artigos, pelos títulos de cada um deles é possível presumir que os autores tratam sobre a ação de Silva Jardim, que em muitos

⁵⁶ Essa dissertação de mestrado foi defendida no Programa de Pós-Graduação em História foi desenvolvida sob a orientação da Prof^ª. Lucia Maria Paschoal Guimarães

⁵⁷Essa tese de doutorado foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas foi desenvolvida sob a orientação do Prof^ª. Dr. Eduardo Kugelmas.

momentos foi fervorosa, principalmente como propagandista da República.

2.3.5 Textos completos publicados em anais de evento

Os textos completos sobre Silva Jardim, publicados em anais de evento, nos anos de 2007, 2010 e 2011, são os seguintes: *As conferências/aulas de Silva Jardim sobre o método João de Deus na Província do Espírito Santo* (1882), de Cláudia Maria Mendes Gontijo; e *Reforma do ensino da língua materna* (1884), Antonio da Silva Jardim, de Franciele Ruiz Pasquim. Destaco, para os objetivos da pesquisa, os textos sintetizados a seguir.

No texto *As conferências/aulas de Silva Jardim sobre o método João de Deus na Província do Espírito Santo* (1882), de Gontijo (2007). Nesse artigo, Gontijo (2007) abordada às conferências proferidas por Silva Jardim na Província do Espírito sobre o ensino da leitura pelo “método João de Deus”. Por meio da análise dessas conferências, Gontijo (2007) problematiza a visão de educação e a reforma proposta por Silva Jardim, além de apresentar as características e críticas ao “método João de Deus”. Segundo Gontijo (2007) o “método João de Deus” divulgado por Silva Jardim não foi “[...] suficiente para mobilizar mudanças nos indivíduos e na sociedade” (p. 144).

O texto “*Reforma do ensino da língua materna* (1884), de Antonio da Silva Jardim”, (PASQUIM, 2011) foi apresentado no 13º. Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-graduação em Educação, realizado na FFC-UNESP-Marília. Nesse texto, tinha por objetivos contribuir para a produção de uma história do ensino de língua e literatura no Brasil e

compreender o pensamento republicano de Silva Jardim sobre o ensino da língua materna. Por meio da análise da configuração textual da versão escrita do resumo da Conferência *Reforma do ensino da língua materna* (1884), de Silva Jardim, conclui que, nessa conferência, “[...] estão presentes os aspectos que Silva Jardim considerava mais importantes para o ensino de língua materna, a saber, o método do poeta positivista “João de Deus” para o ensino da leitura [...]” (PASQUIM, 2011, p. 04-05).

2.3.6 Verbetes em dicionário

No ano 2008, foi publicado pela editora Objetiva (RJ) o *Dicionário do Brasil Imperial* (1822-1889), organizado por Ronaldo Vainfas, em continuidade ao *Dicionário Colonial* (1500-1808) (VAINFAS, 2000). No *Dicionário do Brasil Imperial* (1822-1889), Vainfas (2008) apresenta os verbetes relacionados às instituições, episódios e personagens do Império até a Proclamação da República (1889). Dentre os personagens destacados por Vainfas (2008), também se encontra o “ardoroso” Silva Jardim, a quem Vainfas (2008) destina um verbete.

No verbete “Silva Jardim”, Vainfas (2008) apresenta aspectos da formação e atuação como positivista, bacharel em Direito, propagandista em prol da instalação da República no Brasil e também professor do Curso Primário Anexo à Escola Normal e posteriormente professor da Cadeira “Grammatica e Lingua Nacional” dessa instituição de ensino. Além dos aspectos relativos à vida e atuação de Silva Jardim, Vainfas (2008) destaca algumas obras de Silva Jardim, tais como: *Ideias do Moço* (1878), *Crítica da escada abaixo* (1880) e *Reforma do ensino da língua materna* (1884).

2.3.7 Em legislação municipal

A Lei municipal nº. 1.431 que foi aprovada pela Câmara Municipal de Silva Jardim⁵⁸ (RJ), no dia 29 de dezembro de 2008, dispõe sobre a inclusão da biografia de Antonio da Silva Jardim na grade de ensino da disciplina História na rede pública ensino do município de Silva Jardim. Nessa Lei, no artigo 2º., 1º. parágrafo, está prescrito que a história sobre Silva Jardim deve ser abordada no âmbito dos estudos da História do Império, especialmente à queda do Império. Ainda no artigo 2º, no 2º. parágrafo, está previsto que a atuação de Silva Jardim muito contribuiu para a Proclamação da República (1889). O cumprimento dessa lei será fiscalizado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

2.4 Textos com menções a Antonio da Silva Jardim, sua atuação profissional ou produção escrita e/ou com citações de textos seus.

De acordo com as informações apresentadas no Quadro 2, é possível observar que a maior concentração de referência de textos da seção “Bibliografia *sobre* Silva Jardim” (94 referências) concentra-se na subseção de textos que contêm apenas menções a Silva Jardim, sua atuação profissional e sua produção escrita e/ou citações de textos seus (57 referências).

⁵⁸ O município de Silva Jardim inicialmente era Capivari. Em 1943 foi trocado o nome de Capivari pelo de Silva Jardim em homenagem ao professor Antonio da Silva Jardim. Mais informações disponíveis no *site* do Município de Silva Jardim em: http://www.silvajardim.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=95&Itemid=2. Acesso em: 30 set. 2012.

A maioria dessas referências de textos concentra-se em livros (18 referências de texto) destinados à área de História. Dentre essas referências de livros está o livro *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*, organizado por Mortatti (2011), cuja síntese foi apresentada na Introdução deste livro. Dentre os artigos e ensaios contidos neste livro, destaco o artigo “Estudos sobre história da alfabetização e do ensino da leitura no Espírito Santo”, de Gontijo e Schwartz (2011).

Gontijo e Schwartz (2011) apresentam a atuação de Antonio da Silva Jardim na instrução primária da província do Espírito Santo, na qual ele profere algumas conferências sobre o método “João de Deus” para o ensino da leitura e escrita, no ano de 1882. Segundo as autoras, Silva Jardim contribuiu para a divulgação do “novo” método da palavração concretizado em *Cartilha Maternal ou Arte da Leitura*, de João de Deus. Por fim, as autoras destacam que Silva Jardim tinha a preocupação com a figura do professor que ensinava a ler e a escrever e fazia crítica à utilização método da soletração que “[...] a ‘leitura palavrada’ era muito superior, porque se baseia na linguagem como expressão e comunicação do que pode ser transmitido aos outros” (GONTIJO; SCHWARTZ, 2011, p. 208).

2.5 A face menos explorada de Antonio da Silva Jardim

Ao longo da apresentação dos aspectos sobre a vida, formação e atuação do professor Silva Jardim é possível destacar que a produção sobre ele está diretamente relacionada a seguintes questões: Abolicionismo, Republicanismo, Positivismo e Cientificismo e estão relacionadas a sua ação e atuação política.

Por serem essas questões mais destacadas no âmbito seu pensamento, por muito tempo destacou-se a sua atuação como o “herói da República”, lugar de prestígio que ocupa há pouco mais de um século nos estudos sobre História do Brasil. Porém, na produção sobre Silva Jardim permaneceu silenciada a sua proposta para o ensino da leitura e escrita.

Com relação à reflexão propiciada das leituras que fiz de muitos textos que localizei durante a elaboração do instrumento de pesquisa, auxiliou nas reflexões sobre a face menos explorada no âmbito de seu pensamento e tornou-se um desafio.

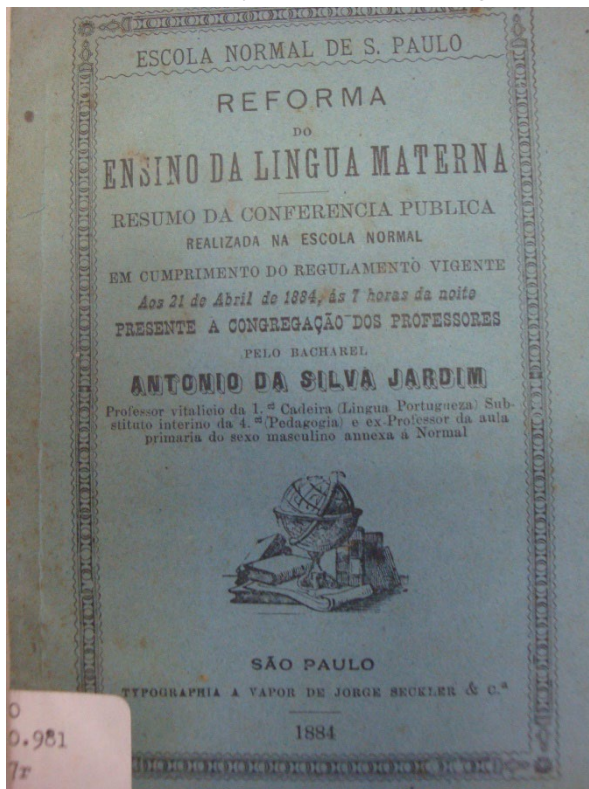
A atuação de Silva Jardim que colaborou, no Império, para a sistematização do que na República denominou-se escola, e contribuiu para a reflexão de que pensar em alfabetização é pensar em todo seu entorno político, econômico, cultural e social, ou seja, multidisciplinar.

Por fim, embora menos visível, essa face não é menor ou menos importante no âmbito de seu pensamento, pois, para Silva Jardim, pensar o ensino de língua materna era uma questão política (de base republicana e positivista).

Capítulo 3

O Ensino da Leitura e Escrita Proposto Por Antonio da Silva Jardim

figura 2- capa do documento *reforma do ensino da lingua materna* (1884)



Fonte: Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros (USP)

3.1 A conferência *Reforma do ensino da língua materna* (1884)

Em 1882, após a exoneração do professor Vicente Mamede de Freitas⁵⁹, do cargo de professor da 1ª. Cadeira da Escola Normal de São Paulo, foi aberto concurso público para o preenchimento desse cargo. Depois do encerramento das inscrições, em 1883, inscreveram-se para concorrer ao cargo os professores: Manoel José da Lapa Trancoso, Silva Jardim e Júlio Ribeiro. Após a realização das provas, ocorridas em 1883, Silva Jardim foi aprovado no concurso (D'AVILA, 1946).

É interessante destacar que, dentre os candidatos que concorreram a esse concurso, estava o gramático Júlio Ribeiro, autor do *Compêndio Gramática portuguesa*, publicado em 1881. Esse compêndio se tornou, segundo Carvalho (2007), referência para o ensino da língua portuguesa nas duas primeiras décadas do século XX. De acordo com Fávero (2006, p.124), o gramático Júlio Ribeiro fez parte do grupo de autores que defendiam a “[...] recém-inaugurada Linguística histórico-comparativa [...]”, de modo que seu compêndio:

[...] tenta conciliar as novas propostas com as então existentes, pois, se o evolucionismo não tem como valoriza a norma padrão e seu ensino, já que seu propósito é explicar os fatos e não fazer leis ou propor regras, não há como negar as antigas teorias (FÁVERO, 2006, p. 129).

⁵⁹ Vicente Mamede de Freitas nasceu em 17 de agosto de 1836. Em 1855, formou-se bacharel de Direito Cívico. Foi diretor do Colégio “Culto à Ciência” e fundador do colégio na Ladeira do Porto Geral. Como inspetor geral da Instrução Pública, inaugurou, em 2 de agosto de 1880, a Escola Normal de São Paulo. Por decreto de 5 de setembro de 1882, foi aprovado em concurso e nomeado lente substituto e depois diretor da Faculdade de Direito de São Paulo. Por esse motivo exonerou-se da cadeira de “Grammatica e Lingua Nacional”. Faleceu em 9 de agosto de 1908. Informações extraídas do *site* da Faculdade de Direito. Disponível em: http://www.direito.usp.br/faculdade/diretores/index_faculdade_diretor_11.php. Acesso em: 13 nov. 2012.

Ainda segundo Fávero (2006, p. 135), o compêndio de Júlio Ribeiro dava ênfase, de forma exagerada, às questões da etimologia e ortografia, porém, representou um esforço em “[...] introduzir os princípios do evolucionismo biológico e do método histórico-comparativo”. Em vista desses aspectos, é possível presumir que a reprovação de Júlio Ribeiro no concurso para o cargo de professor da 1ª. Cadeira da Escola Normal de São Paulo pode estar relacionada ao fato de ele não partilhar das novas ideias que começavam a circular com a reabertura dessa instituição, em 1880.

Como informei à realização do concurso, em 1884, Silva Jardim foi empossado professor vitalício da 1ª. Cadeira – “Grammatica e Lingua Nacional” – da Escola Normal de São Paulo. Após assumir esse cargo, em atendimento ao *Regulamento de 1880...*, Silva Jardim proferiu, no dia 21 de abril de 1884, a Conferência *Reforma do ensino da lingua materna*, na qual apresentou sua proposta para o ensino da leitura e da escrita aos alunos da Escola Normal de São Paulo e às demais autoridades escolares presentes.

Também como informei no Capítulo 1 deste livro, essa conferência em questão foi proferida em cumprimento do artigo 8º. do *Regulamento de 1880...* da Escola Normal de São Paulo, que prescrevia a realização de conferências públicas nas quais os professores deveriam abordar temas sobre a instrução pública brasileira. Por esse motivo, o professor Silva Jardim, na ocasião, proferiu a Conferência pública à Congregação dos professores da Escola Normal. O professor, conforme prescrito no *Regulamento de 1880...* poderia ser convocado a qualquer momento pelo presidente da província a fim de explanar sobre a matéria que lecionava.

Segundo D’Avila (1946), o professor Silva Jardim colaborou para a formação das novas gerações e “[...] no preparo adequado dos professores,

no maravilhoso instrumento docente que é a língua materna e na reforma dos métodos da aprendizagem da leitura” (D’AVILA, 1946, p. 91).

3.2 O opúsculo *Reforma do ensino da lingua materna (1884)*, Silva Jardim

A versão escrita do resumo da Conferência⁶⁰ proferida por Silva Jardim em 1882 foi publicada em formato de opúsculo pela Typographia a vapor Jorge Seckler & C.^a de São Paulo, em 1884, e foi divulgado, aos alunos da Escola Normal de São Paulo. Pode-se observar na “advertência” que Silva Jardim traz nessa Conferência, em que se lê:

A propriedade deste opúsculo, cuja publicação foi autorizada pela Província, e a sua expensa realisada, pertence á Bibliotheca da Escola Normal, em favor da qual desiste o autor dos direitos pátrios de propriedade litteraria, para que seja gratuitamente distribuido pelos alumnos da Escola, pelos professores públicos, autoridades escolares, e mais pessoas interessadas no ensino, em geral. (SILVA JARDIM, 1884, p. 07).

O opúsculo tem 32 páginas e mede aproximadamente 16cm. Na capa (Figura 2), logo abaixo do título da Conferência, há informações sobre a data e o local em que foi realizada. Logo abaixo do nome de Silva Jardim, há as seguintes informações de sua atuação profissional: “Professor vitalício da 1^a. Cadeira (Lingua Portugueza) Substituto interino da 4^a. Cadeira (Pedagogia) e ex-Professor da aula primaria do sexo masculino

⁶⁰ Daqui em diante, toda vez que me referir a versão escrita do resumo da Conferência proferida por Silva Jardim, utilizarei apenas “Conferência”.

anexa á Normal”. Na capa, local de publicação e nome da tipografia: Tipografia a Vapor de Jorge Seckler & C⁶¹.

Na Conferência há dedicatórias de Silva Jardim aos seus familiares, aos quais agradece por sempre o auxiliarem em sua carreira. Agradece: a sua mãe “pela instrução e cultura moral”; à esposa por inspirar sua carreira; e ao seu filho Antonio “para cujo porvir trabalho”. Ainda agradece ao seu pai, por ter sido ele seu primeiro mestre; a sua sogra e sogro Andrada; a sua cunhada e cunhado, que foram seus alunos.

Silva Jardim dedica a Conferência à sua família, pelos exemplos que teve ao longo de sua vida. Também, exemplifica o respeito pela figura materna, bem destacada no Positivismo. Além disso, dedica à família de sua esposa a Conferência que, embora fosse sobre o ensino da leitura e escrita, uma preocupação nacional, era pautada nos ideais de República, bem diferente das convicções de seu futuro sogro Conselheiro Andrada, monarquista a favor da manutenção do Império.

Após as dedicatórias aos seus familiares, Silva Jardim dedicou a Conferência aos professores da Congregação da Escola Normal de São Paulo, dentre os quais, estão: Godofredo J. Furtado; J. E. Correa de Sá e Benevides; Sr. Herculano M. Inglez de Souza; Dr. R. Pestana e Dr. Kopke e S. A. Gomes, professores da Escola Primária *Neutralidade*. Silva Jardim dedica a Conferência aos da Escola Normal de São Paulo, especialmente aos Srs. Adelio B. de Castro, Benedicto B. Vieira, A. Cesar A. Castanho e às professoras D. Izabel M. C. Rebouças e D.A. M. Sene e Souza Gomes; ao professorado leigo da Província e, em especial, ao Sr. Sebastião Humel;

⁶¹ A Tipografia a Vapor de Jorge Seckler & C^a pertencia, inicialmente, ao alemão U. Knossel e foi comprada na década de 1880 por Jorge Seckler (HALLEWELL, 2005, p. 300). Segundo Cruz (2000), as tipografias e as casas editoras tornaram-se “ambientes letrados” das cidades e contribuíram para a abertura de um espaço, no qual vezes até então silenciadas, tais como, médicos, advogados, escritores e jornalistas, poderiam participar na produção da cultura impressa.

aos seus discípulos do 1º. , 2º. e 3º. anos da Escola Normal e aos seus ex-alunos da “Aula Anexa”.

Dentre os citados, muitos eram positivistas e adeptos do ensino intuitivo. São esses professores: Godofredo José Furtado, João Köpke, Herculano Inglês de Sousa; Rangel Pestana e S. A. Gomes.

Como epígrafe da Conferência, há uma citação de trecho da peça de nome Molière, *Les femmes savantes* (2º. Ato, Cena 6), no qual o poeta francês faz uma crítica ao uso da gramática que, segundo ele, é um conjunto de regras que dificultam a linguagem. A esse respeito, Silva Jardim (1884) critica que “[...] o conhecimento da *Grammatica pela lingua, e não da lingua pela Grammatica*. O grande Molière mui bem previu tal, quando ridicularisou de morte tão monstruosa aberração intellectual” (p. 17, itálico do autor).

Seguidamente à Conferência, há um Apêndice, contendo os seguintes documentos: *Regulamento de 30 de junho de 1880*; *Programma para o ensino da Lingua Materna nas escolas primarias annexas á Escola Normal* (1884); *Resumo dos PROGRAMMAS adoptados pela Congregação da Escola Normal para o curso de Grammatica e Língua Nacional no anno de 1884*; *Programma do Curso da 1.ª Cadeira da Escola Normal segundo a proposta de REFORMA DO REGULAMENTO authorisada pela lei n. da Assembléa Provincial e apresentada ao Exm. Governo*.

É importante considerar que Silva Jardim, ao inserir os programas de ensino em apêndice ao final do texto da Conferência buscou legitimar a sua proposta de reforma do ensino da língua materna.

3.2.1 A concepção de ensino da leitura

Antes da apresentação do primeiro tópico, há um parágrafo em que Silva Jardim destaca o seu dever em proferir a Conferência, em cumprimento ao *Regulamento de 1880...* da Escola Normal de São Paulo. Ainda nesse parágrafo, destaca que apresentará o ensino “mais normal” da língua materna aos presentes (alunos, ouvintes e autoridades escolares) na Conferência.

A versão escrita do resumo da Conferência foi organizada em três tópicos, indicados por algarismos romanos (I, II e III). Apresentarei, a seguir, o conteúdo de cada um desses três tópicos. Pode-se perceber que, ao longo da Conferência de Silva Jardim apresenta, dentre os principais aspectos, os relativos à função e ensino da língua, à formação do professor primário, ao ensino da gramática e ao ensino da leitura pelo método da palavração.

3.2.2 A língua materna e sua função social

No tópico I, o mais curto da Conferência, que se inicia na página nove e encerra-se na página 11, Silva Jardim apresenta a função da língua materna que, segundo ele, “seu destino deve ser social”, uma vez que possibilita a comunicação entre os homens (p.2). Por essa razão, Silva Jardim considera que é pela linguagem “[...] que os entes coletivos, a família, a pátria, se nos revelam, influenciando na nossa natureza: os esforços isolados dos sábios seriam incapazes de formar uma língua”. (SILVA JARDIM, 1884, p. 09-10).

Ainda acrescenta que foi por meio da linguagem que foi possível a formação da língua como instrumento de transmissão das “[...] grandes noções científicas, abstractas e concretas, sobre o mundo, a sociedade e o homem” (SILVA JARDIM, 1884, p. 10).

Para comprovar a cientificidade dos conhecimentos que apresenta sobre a linguagem, Silva Jardim exemplifica a importância do “órgão da palavra” por meio dos estudos sobre a linguagem humana e sobre o conhecimento do cérebro humano. Para tanto, Silva Jardim usou como exemplo os resultados de estudos sobre a observação do cérebro, apresentados por Gambetta⁶².

O tom científico presente na Conferência se deve ao fato de que Silva Jardim estar receptivo as inovações e propostas que circularam no Brasil, nas décadas finais do século XIX.

Silva Jardim destaca que, é pelo “exercício que se desenvolve o órgão da palavra” e que depende do homem aperfeiçoar sua expressão. Segundo ele, a boa expressão torna possível a “concepção, contemplação ou meditação, concreta ou abstracta, inductiva ou inductiva, mais clara”. Assim, os alunos, com o auxílio do professor, deveriam cultivar bons sentimentos e ideias que “[...] dão uma fala completa, como o prova a eloquencia dos homens de coração cheios de fé” (SILVA JARDIM, 1884, p. 10).

Ao se referir aos sentimentos, Silva Jardim preconiza que são as ideias que os regem e a partir deles é que o homem atua no mundo. O desenvolvimento do “órgão da língua” possibilita o que Silva Jardim denomina “modificabilidade humana”, ou seja, por meio da língua é que

⁶² León Gambetta participou da vida política francesa na segunda metade do século XIX e presenciou a queda do imperador e o início da III República Francesa. Informações extraídas de Bezerra (2009).

se podem reformar as ideias, sentimentos e ações humanas. E, ainda, Silva Jardim critica a “[...] tão comum verbiagem rhetorica não é a expressão em harmonia, e sim um transbordamento de palavras, em aparente ligação” (SILVA JARDIM, 1884, p. 10).

Mortatti (2000a, p. 42) denomina “missão civilizadora” a atuação de Silva Jardim em conformidade com o “[...] movimento de sua época em prol da divulgação do Positivismo, como base para a renovação do pensamento e da vida social e política do país”.

Contribuiriam, segundo Silva Jardim, para o aperfeiçoamento da língua os futuros professores primários (alunos da Escola Normal de São Paulo) que deveriam aprender “[...] os meios de aperfeiçoar a expressão, oral e escripta” (SILVA JARDIM, 1884, p. 10-11). A atuação do professor primário quanto ao aperfeiçoamento da língua é um “serviço social”, por isso a importância atribuída à Silva Jardim no tópico III da Conferência. Silva Jardim (1884) buscou ensinar como os futuros professores poderiam auxiliar seus alunos no aperfeiçoamento da língua. Segundo Silva Jardim, ensinar como ensinar a língua era “uma necessidade urgente no magistério primario” (SILVA JARDIM, 1884, p. 11).

Portanto, ensinar a língua materna é compreendê-la “[...] não [como] um facto isolado, sim preso ás outras línguas do Occidente, ou neo-latinas, pelo passado e pelo presente” (SILVA JARDIM, 1884, p. 11). Nesse sentido, conforme aponta Mortatti (2000a, p. 43), Silva Jardim o “[...] passado e seu legado como necessários preparadores do presente que devem ser melhorados, mas não destruídos”. Diante do exposto, como Silva Jardim propunha o ensino da língua?

3.2.3 Como ensinar (didática) a língua materna

O segundo tópico da Conferência, que se inicia na página 11 e encerra-se na página 20, é o tópico mais extenso. Nesse tópico, é apresentado as seguintes questões sobre como deveria ser o ensino da língua materna: que ensinar (conteúdos)? Como ensinar? (método) Para que ensinar? (finalidade).

O ensino espontâneo é a base para o ensino mais sistemático da língua materna. Segundo ele, a criança aprende a falar com seus familiares e é por meio do que ele denomina “cultivo” que o órgão da expressão vai sendo aprimorado. O “cultivo” é feito por meio de exercícios “phonicos e poéticos” antes mesmo do “educando” aprender a ler.

Os exercícios de preparação para o ensino da leitura são baseados: na repetição dos nomes dos pais, pessoas amigas e cidadãos notáveis; na conversação em que um ouve o outro; e na recitação de trechos poéticos. Todos esses exercícios seriam “proveitáveis” para o cultivo do “órgão da palavra” e contribuiria nas etapas do ensino da leitura.

A leitura propriamente dita somente poderia ser ensinada às crianças a partir de sete anos de idade, pois, segundo Silva Jardim (1884), antes dessa idade “[...] os caracteres escriptos são uma abstracção, embora elementar, que seu cerebro não assimilaria” (1884, p. 12).

Segundo as concepções de Silva Jardim, a “arte da leitura” passou por três fases distintas. São elas:

[...] ficticia, transitoria e definitiva. E' ficticia a soletração, em que reúnem-se nomes absurdos exigindo em seguida valores; transitória a syllabação, em que se reúnem-se syllabas, isoladamente, para depois ter a palavra; definitiva a palavração, em que lê-se desde logo a palavra,

partindo da mais fácil para a mais difícil, da simples para a composta (SILVA JARDIM, 1884, p. 12).

De acordo com essas fases, Silva Jardim considera que o método da palavrção é o mais eficaz para o ensino da leitura e da escrita, uma vez que esse método é a fase científica e definitiva. Silva Jardim compara o método da palavrção para o ensino da leitura ao modo espontâneo com que se aprende a falar, como se pode observar no seguinte trecho: “[...] meus senhores, só se vence pelo aperfeiçoamento; como aprendemos a falar? falando as palavras; como aprenderemos a lêr? é claro que lendo essas mesmas palavras” (SILVA JARDIM, 1884, p. 12).

Essas três fases da “arte da leitura”, apresentadas por Silva Jardim, estão diretamente relacionadas ao Positivismo que

[...] admite uma lei fundamental que recebe o nome de *lei dos três estados*, ou modo de pensar, que é a base de sua explicação da História: o *estado teológico-fictício*, que tem diferentes fases (feitichismo, politeísmo monoteísmo) e em que o espírito humano explica os fenômenos por meio de vontades transcendentais ou agentes sobrenaturais; o *estado metafísico-abstrato*, onde os fenômenos são explicados por meio de forças ou entidades abstratas, como o princípio vital etc.; e o *estado positivo-científico*, no qual se explicam os fenômenos, subordinando-os às leis experimentalmente demonstradas (RIBEIRO, 1988, p. 19-20, grifos do autor).

Sendo assim, por ser o método da palavrção a fase definitiva da “arte da leitura”, Silva Jardim considerava-o mais adequado para o ensino da leitura e escrita por se tratar de um método racional “[...] porque não ensina o alfabeto todo e sim por partes; porque não arbitrariamente e

sim partindo das vogaes, sons elementares e geraes, communs, para as invogaes, sons secundarios e especiais” (SILVA JARDIM, 1884, p. 12).

Conforme recomendação de Silva Jardim (1884), para a eficiência e sucesso do ensino da leitura, os exercícios que seriam aplicados pelos professores seriam os seguintes: formação de frases pelo professor e pelos alunos; diálogos espontâneos sobre as pessoas da família e do cotidiano da criança; e recitação de poesias de versificação simples. Esses exercícios auxiliariam no desenvolvimento de ideias, sentimentos, expressões, respectivamente. Também, auxiliavam no desenvolvimento da sociabilidade e para o aperfeiçoamento da “conversação e elocução”.

Por meio desses exercícios, as crianças iriam aprendendo a desenvolver o “órgão da palavra”, indispensável ao ensino espontâneo e ao método da palavração. Inicialmente o aluno leria “com vagar” as palavras e assim, gradualmente, passaria para a leitura corrente, ou seja, sem interrupções. (SILVA JARDIM, 1884, p. 13).

Depois do desenvolvimento da leitura corrente, o professor primário deveria ensinar a leitura expressiva que, segundo Silva Jardim,

[...] é a alma o sentido da leitura, é tudo aqui. Sem Ella, não ha intelligencia do autor; ás vezes, sabeis-lo, uma intonação de voz, um gesto, transformam o pensamento. Lêr com expressão é, pois, ler naturalmente, e artisticamente, de modo claro, com a vivacidade de quem fala: o mais, a monotomia enfadonha de nossas escolas. (SILVA JARDIM, 1884, p. 15).

A importância atribuída à leitura corrente e expressiva se deve, para Silva Jardim, ao fato de que é por meio dela que se desenvolvem as ideias, os sentimentos e as atitudes. Assim o desenvolvimento de boas ideias,

sentimentos e ações seriam indispensáveis para a formação do “futuro cidadão” da República desejada por Silva Jardim.

O aprimoramento da expressão combinado com os exercícios de declamação poética, narrações em discurso e leituras em prosas “[...] melhorará as emoções e despertará o entusiasmo da solidariedade num mesmo trabalho” (SILVA JARDIM, 1884, p. 15).

Quanto às ideias e sentimentos que deveriam ser desenvolvidos nos alunos, Silva Jardim difere de duas vertentes educacionais comuns à época, a primeira teológica (com destaque para a moral) e a outra científica (emancipação das crenças teológicas) (SILVA JARDIM, 1884).

Silva Jardim defende “[...] *a educação na infância deve ser essencialmente esthetica*, e, pois, moral; as leituras, especialmente poeticas, em prosa ou não, tendendo sempre ao aperfeiçoamento intimo” (SILVA JARDIM, 1884, p. 14, grifo do autor). Mas a que “educação moral” se refere Silva Jardim?

Diante dessa indagação sobre qual “educação moral” que deveria ser ensinada às crianças cujas famílias tinham crenças variadas, Silva Jardim defende o ensino laico, no qual o professor auxilia os alunos a desenvolverem

[...] systematicamente nas crenças o amor ás Mães, ao Paes, aos irmãos, aos parentes em geral, aos amigos; o respeito á Mulher, aos grandes servidores da sua Patria, e da sociedade, qualquer que seja seu credo, o apego para com os iguaes a veneração aos superiores e a bondade para os inferiores, o amor ao torrão natal, á bandeira da Patria, ao espaço em que habita, enfim! principios da eterna verdade, tão propicios ao melhoramento do nosso coração!. (SILVA JARDIM, 1884, p. 14-15).

Para Silva Jardim, na leitura, “[...] ha duas partes distinctas; uma, mechanica, materal, a pronuncia correcta e harmoniosa; outra, lógica a comprehensão” (1884, p. 16).

Os exercícios de leitura expressiva, tais como, pronunciar palavras difíceis e formação oral de frases, Silva Jardim aponta a

[...] vantagem que as escolas possuíssem quadros, paysagens, retratos, etc., ou álbuns de gravuras para que, por um ensaio systematico de observação dos objectos, tornadas mais claras as idéas sobre elles, fosse mais fácil a expressão. (SILVA JARDIM, 1884, p. 16)

Embora Silva Jardim apresente as contribuições do ensino da leitura pelo método da palavração, passando da leitura corrente para a leitura expressiva, ele alerta para a

[...] falta de preparação do professorado a marcha seguida nas nossas escolas. Ahi , logo que o alumno acha-se aponto de ler, fazem-no *decorar* a grammatica. Vagamente tem-se dito que a grammatica não deve ser ensinada nas aulas primarias, mas a convicção não penetrou ainda inteira no espírito dos mestres. (SILVA JARDIM, 1884, p. 16, grifos do autor).

A partir do aprimoramento da expressão era que deveriam ser ensinadas as regras da gramática, uma vez que, “[...] é fácil, de uma certa utilidade mesmo, saber que essa expressão sujeita-se a certas regras artificiais, a que nos devemos submeter, e quaes ellas” (SILVA JARDIM, 1884, p. 17). Outro motivo para ensinar a gramática depois da leitura expressiva, segundo Silva Jardim, deve-se ao fato de que a “[...]”

observação nos mostra que antes da segunda infância, em geral, a abstracção dos meninos é pequena; e as regras grammaticaes, embora não atinjam á elevação abstracta das leis scientificas, possuem-na já, em certo grão” (1884, p. 17).

Diante da concepção de ensino da leitura e da gramática, faz a seguinte indagação: “Como, porém, ensinar a lingua, sem a gramática, que é a arte que ensina a *fala-la e a escreve-la*? Para falar, já indicamos o meio; para escrever, isto é, para redigir, compor, é elle o *exercício graduado da composição* (SILVA JARDIM, 1884, p. 18).

Os “exercícios graduados de composição” seriam os seguintes:

[...] partir de pequenas phrases formuladas pela criança na louza, logo que sabe escrever algumas palvras, phrases provocads por perguntas do mestre, mas que já são redacção sua; que pode estender-se a pequenas narrações de casos infantis, descripções dos objetos sob a vista, cartas, interpretação de gravuras, mappas,etc; e mais tarde elevar-se ao discurso sobre assumptos Moraes e artísticos, e da composição poetica versificada. (SILVA JARDIM, 1884, p. 18).

Para a eficácia desses exercícios, seria necessária a

[...] preparação conveniente pela dição oral; á proporção que o alumno vai recebendo do seu mestre–vocabulario vivo–o sentido das palavras, grava-las-á pela escripta, procurando rete-las de memoria; deve manejar após o Diccionario da lingua; habituar-se gradualmente a, lido um trecho, substitui-lo por outro, por uma vasta synonymia, de modo que sua memoria rica de termos forneça-lhe facilmente a palavra para a expressão de sua Idea. (SILVA JARDIM, 1884, p. 19).

Essa preparação a que se refere Silva Jardim seria feita em grupo e o professor deveria colocar no “quadro negro” a descrição de um objeto ou até mesmo de um fato narrado pelos alunos. Segundo Silva Jardim (1884), a partir dessa leitura coletiva ou

[...] da exposição dos assumptos pelo professor e pelos próprios alumnos, torna-os claros; por Ella, a grãos educado o ouvido, fica preparado o emprego da pontuação; e pela copia, pelo dictado, pela soletração e syllabação das palavras, isto é, dicção isolada de suas letras e syllaba, pela transcripção de trechos de memoria, garante-se a excellencia da orthographia. (SILVA JARDIM, 1884, p. 19).

Conforme Silva Jardim aponta, a forma que ele propunha o ensino da leitura pelo método da palavrção mostrava-se eficaz, pois esse método se baseava na “fala da língua”, como instrumento no ensino da leitura. Ainda conforme aponta Silva Jardim, embora os gramáticos também se utilizassem da “fala da língua” no seu método, esse uso era sem sucesso, pois para os gramáticos a “fala da língua” só tinha serventia para a repetição das regras.

Com isso, Silva Jardim não era contrário à lei que exigia “[...] do magistério o ensino grammatical nas escolas, deve inspirar-lhe o meio de realisa-lo o mais suavemente possível á intelligencia infantil” (SILVA JARDIM, 1884, p. 19). Conforme já apontado, Silva Jardim faz crítica à decoraçã e ao ensino da gramática em detrimento do ensino da língua.

Fa-lo-á dignamente si procurar concretisa as regras, applica-las, deduzi-la dos trechos, falados ou escriptos, sem a decoraçã anterior, sem mesmo grande rigor de formulas, e reduzir a *analyse* –que é um meio e

não um fim- *minimum* de seus elementos. (SILVA JARDIM,1884, p. 20).

Silva Jardim conclui o segundo tópico da Conferência, ressaltando que “[...] o compedio deve ser o professor; todas as tentativas de um livro para o aluno são perigosos” (SILVA JARDIM, 1884, p. 20).

3.2.4 Silva Jardim e a divulgação do método “João de Deus” para o ensino da leitura e escrita

No modo de pensar a “arte da leitura”, Silva Jardim destaca a contribuição do poeta positivista João de Deus, autor da *Cartilha Maternal ou “arte da leitura”*, que, segundo Silva Jardim, revolucionou o modo de ensinar a “arte da leitura”. Silva Jardim, que, como informei, foi um dos divulgadores do método “João de Deus”, e com o poeta João de Deus chegou a trocar correspondências sobre os benefícios da utilização da *Cartilha maternal*.

Segundo Mortatti (2000), o “método João de Deus” para o ensino inicial da leitura concretizado na *Cartilha Maternal ou “arte da leitura”* começou a circular no Brasil, a partir dos anos iniciais da década de 1880, principalmente nas províncias de São Paulo e do Espírito Santo. Segundo Trindade (2004), a *Cartilha maternal* também foi adotada oficialmente no estado do Rio Grande do Sul.

Boto (1997) destaca que o professor João de Deus contribuiu para a inovação pedagógica em Portugal, pois seu método iniciava-se pelo processo da leitura pela palavra,

[...] o que torna a lógica do aprendizado da leitura semelhante à lógica da fala; em ambos os casos, o ponto de partida seria o significado [...] nessa medida, pode ser considerado como um antecedente do método ou até precursor do método global ou analítico desenvolvido por Decroly no princípio do século XX. (BOTO, 1997, p. 148).

Esse movimento de propagação e utilização do “método João de Deus” em São Paulo estava em sintonia com as ideias e os modelos pedagógicos em vigência, nesse mesmo momento histórico, em Portugal e no Brasil.

Segundo Boto (1997),

A “Geração de 1870” de intelectuais e educadores, foi responsável por evidenciar esse “atraso” das civilizações e defendia a educação como um meio de superar essa ignorância, ou seja, era “ilustrando” o povo que a civilização progrediria. Nesse aspecto, João de Deus cumpria os requisitos adequados ao clima de época. O título de sua cartilha — “*Cartilha Maternal ou arte da leitura*” — “[...] é já por si revelar do desejo subliminar do autor quanto à proposição de uma aliança entre a escola e família, em nome da instrução.”. (BOTO, 1997, p. 142).

Porém, segundo Silva Jardim, não bastaria ensinar a leitura por meio da *Cartilha Maternal*, seria necessário “[...] para sua eficácia, além da maneira especial de seu ensino, esse processo pede pronúncia clara e gradativa dos vocábulos, e a explicação dos sentidos das palavras empregadas” (SILVA JARDIM, 1884, p. 13). As palavras utilizadas deveriam estar relacionadas com o cotidiano da criança, uma vez que Silva Jardim julgava necessária a adaptação do método de acordo com as crianças de cada lugar.

3.2.5 Formação do professor primário

No terceiro tópico da versão escrita da Conferência, que se inicia na página 20 e encerra-se na página 22, Silva Jardim expõe sua preocupação com a situação, à época, do ensino da língua e enfatiza, sobremaneira, a formação do professor primário na Escola Normal de São Paulo.

Silva Jardim, de forma incisiva, apresenta suas considerações finais sobre o ensino da gramática com as seguintes preocupações “[...] conclue-se que de tanta necessidade é o ensino da língua na aula primaria, quão inútil o da Grammatica propriamente dita” (1884, p. 20).

Quanto ao professor primário, Silva Jardim era contrário à ideia de “[...] simplificação da educação do mestre” (SILVA JARDIM, 1884, p. 20). Para ele, havia necessidade em melhor preparar os mestres, uma vez que esses deveriam “[...] ensinar a elocução (fala, leitura, expressão, etc.) e composição em seus multiplos ramos, prosa e poetica, que o mandar decorar grammatica e analysar *grammatical e logicamente*” (SILVA JARDIM, 1884, p. 20, grifos do autor).

Quanto aos conteúdos a serem ensinados aos futuros mestres, Silva Jardim afirma que

[...] deve o aluno [futuro mestre] aprender a parte linguistica, quer a pedagogica, de taes disciplinas. Por uma necessidade relativa elle estudará a parte statica da lingua, em particular, e as relações geraes com a linguagem; e a parte dinamica, a evolução porque Ella passou desde a constituição da nacionalidade portugueza até nossos dias. (SILVA JARDIM, 1884, p. 21).

Além desses conteúdos, Silva Jardim destaca a importância de se compreender que “[...] a historia da lingua de um povo é inseparavel da historia de sua civilisação, e d’ahi o se u valor” (1884, p. 21). Essa preocupação de Silva Jardim refere-se “[...] as formas atuaes da linguagem portugueza só podem ser verdadeiramente apreciadas quando se remonta aos nossos antecedentes ibericos e mesmo latino” (1884, p. 21).

Quanto à possibilidade de efetivação de sua proposta, Silva Jardim ressalta que

[...] ensino da lingua numa escola Normal deve terminar pela **parte pedagogica**, de indicação dos meios praticos de ensinarem-se as diversas disciplinas. Será de summa vantagem que possa esse ensino ser acompanhado de **exercícios praticos** nas aulas annexas que devem servir de norma aos futuros mestres. (SILVA JARDIM, 1884, p.21, grifos meus).

Assim como no início da Conferência, Silva Jardim se ao público presente, em especial, à mocidade, e a encerra fazendo o seguinte apelo:

[...] e’ mister conjurar a crise de dissolução moral a geração de amanhã, quer dizer nossos filhos. o ensino primário é o que o estado pela lei fundamental, dá gratuito; que a mocidade, forte, proteja a infância, fraca e auxilie os poderes da patria nessa direção. (SILVA JARDIM, 1884, p. 22).

3.3 As normatizações sobre o ensino da leitura e da escrita

Pelas características que apresenta a versão escrita do resumo da Conferência de Silva Jardim, esse documento também se configura como uma “normatização”. Após a sua publicação, em 1884, a versão escrita do resumo dessa Conferência ficou disponível aos alunos da Escola Normal de São Paulo, para ser utilizado como modelo de como se ensinar a ler e escrever.

Além disso, como mencionei, ao final da versão escrita do resumo da Conferência, encontram-se, em apêndice, os programas de ensino da Escola Normal de São Paulo.

3.3.1 *Programma*⁶³ para o ensino da Língua Materna nas escolas primárias anexas à Escola Normal

Esse *Programma...* foi organizado pelo professor Geraldino Campista⁶⁴, professor da Escola Normal de São Paulo, e foi adotado na “Aula Anexa” à Escola Normal de São Paulo. Esse *Programa...* é composto por dez artigos que tratam do ensino da língua materna.

O Artigo 1º. prevê que o ensino da língua materna seria dividido em duas “secções” que corresponderiam a duas turmas, “Menores” e “Aspirantes” ao Curso Normal.

No Quadro 4, apresento os conteúdos que deveriam ser ensinados em cada Gráo (classe) da secção “Menores”.

⁶³ Daqui em diante, sempre que mencionarmos esse Programa de ensino, citaremos de acordo com a seguinte forma abreviada: “*Programma...*”.

⁶⁴ Até o momento, localizei apenas a informação de que Geraldino Campista .

**QUADRO 4 - SECÇÃO “MENORES” DA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO,
RESPECTIVOS “GRÁOS” E CONTEÚDOS A SER ENSINADOS**

Secção “Menores”		
1º. Gráo	2º. Gráo	3º. Gráo
“Leitura elementar, pelo methodo da palavrção”	“Leitura corrente, graduada”	“Leitura expressiva explicada”
“Formação oral pelo professor”	“Formação de phrases”	“Formação de phrases”
“Pronuncia das palavras sem auxilio do livro”	“Pronuncia”	“Pronuncia”
“Conversação entre o professor sobre assuntos simples”	“Conversação”	“Conversação”
“Calligraphia gradual do alfabeto”	“Cópia”	“Cópias de trechos Moraes”
-	-	“Composição colletiva e individual com auxilio de quadros, retratos e paysagens”

Como se pode observar no Quadro 4, os conteúdos de cada um dos Grãos (classe) estão centrados na leitura pelo método da palavrção, que se inicia com a leitura da palavra. O professor era responsável por aplicar exercícios de formação oral de frases, pronúncias de palavras e momentos de conversação. É possível constatar também que os exercícios estabelecidos para cada Gráo (classe) são graduais e se organizam do mais simples ao mais complexo, como no caso da leitura que passa da elementar, para a corrente e a “expressiva explicada”. Além disso, os exercícios estão em consonância com o método de ensino intuitivo, como os exercícios de composição coletiva e individual com auxílio de quadros, retratos e paisagens.

No Quadro 5, apresento os conteúdos que deveriam ser ensinados em cada Gráo (classe) da secção “Aspirantes” ao Curso Normal.

QUADRO 5 - SECÇÃO “ASPIRANTES” À ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO, RESPECTIVOS “GRÁOS” E CONTEÚDOS A SER ENSINADOS

Secção “Aspirantes”	
1º. Gráo	2º. Gráo
“Leitura expressiva”	“Leitura expressiva de poesias”
“Recitação de Poesia”	“Leituras de alguns trechos de proza”
“Pronuncia de palavras”	“Exercícios de composição individual”
“Formação de phrases”	“Noção de substantivo”
“Cópias de trechos poéticos”	“Concordancia oral das palavras”
-	“Compendio de grammatica não será utilizado, o ensino será oral e pratico”

Como se pode constatar, há inclusão dos exercícios de leitura expressiva de poesias, recitação de poesias e cópia de trechos poéticos, além de conteúdos de Gramática, como Além disso, a presença da Gramática no 2º. Gráo do conteúdo de “Noção de substantivo” e “Concordância oral das palavras”.

Ao final do *Programma...*, o professor Geraldino Campista ressalta:

Este programma póde bastar ao ensino da língua nas nossas escolas publicas primarias destinadas a realizar a promessa da Carta Constitucional; podendo, e devendo mesmo, soffrer ampliação num ensino primario mais lato, como se faz mister (JARDIM, 1884, p. 27).

3.3.2 Resumo dos PROGRAMMAS adoptados pela Congregação da Escola Normal para o Curso de Grammatica e Lingua Nacional no anno de 1884

O resumo dos programas adotados para o curso de Gramática e Língua Nacional da Escola Normal de São Paulo no ano de 1884 está internamente organizado por conteúdos que deveriam ser ensinados em cada ano, acompanhados da prescrição exata de tempo destinado ao ensino de cada conteúdo. Para o 1º. ano, eram previstos: três meses para o “Ensino Espontaneo da Lingua” e seis meses para o “Ensino Systematico da Lingua”; para o segundo 2º. ano, eram previstos: três meses para o “Ensino Concreto da Lingua”, três meses para o “Ensino abstractto da língua, Grammatica geral applicada á língua portuguesa” e três meses para o “Ensino Abstracto- concreto da língua”; para o 3º. ano, eram previstos: três meses para o “Ensino Concreto da Lingua”, três meses para a “Historia da lingua” e três meses para “Pedagogia da lingua portuguesa”.

Ao final desse Programa, há uma nota em que Silva Jardim ressalta:

Estes programmas, organizados em attenção aos conhecimentos anteriores dos alumnos, e aos methodos de ensino até então seguidos, são transitórios, preparadores do que se segue, em synthese apresentado na Proposta de Reforma do Regulamento que a Congregação da Escola apresentou, autorizada por lei provincial, ao Exm. Governo da Provincia. (SILVA JARDIM, 1884, p. 30).

3.3.3 Programma do Curso da 1^o. Cadeira da Escola Normal, segundo a proposta de REFORMA DE REGULAMENTO, authorisada pela lei n. [?] da Assembléa Provincial, e apresentada ao Exm. Governo.

Esse *Programa...* para o curso da 1^a. Cadeira “Lingua Portugueza” da Escola Normal de São Paulo está organizado por conteúdos que deveriam ser ensinados em cada ano letivo, conforme apresentamos no Quadro 6.

QUADRO 6 - 1^a. CADEIRA “LINGUA PORTUGUEZA” E RESPECTIVOS ANOS E CONTEÚDOS A SER ENSINADOS

1^a. Cadeira “Lingua Portugueza”		
1^o. Ano	2^o. Ano	3^o. Ano
“Leitura Elementar, corrente e expressiva”	“Grammatica particular da lingua portuguesa”	“Historia da lingua portuguesa”
“Escrepta e Composição”	“Grammatica geral”	“Pedagogia da língua”
-	“Continuação dos exercícius de leitura, individual e colletiva, e da composição individual”	“Composição poética”

No que se refere ao ensino da língua materna na Escola Normal, Silva Jardim destaca que

[...] deve terminar [o ensino] pela parte pedagógica, de indicação dos meios práticos de ensinarem-se as diversas disciplinas. Será de summa vantagem que possa esse ensino ser acompanhado de exercícius práticos nas aulas annexas que devem servir de norma aos futuros mestres. (SILVA JARDIM, 1884, p. 21).

Portanto, o pensamento desse professor sobre o ensino da leitura e escrita está diretamente relacionado ao Positivismo em que se destaca o papel dos bons sentimentos na formação da criança e na civilização do povo, além da defesa pela instauração da República, regime político que segundo Silva Jardim, possibilitaria ao Brasil sair do atraso em comparação aos países europeus e se tornar o “novo mundo”. Para tanto seria necessária à reforma do ensino da língua materna pautada no método da palavrção em contraposição ao método da soletração utilizado à época e o ensino da língua em oposição ao ensino da gramática.

Considerações Finais

Neste livro, focalizei a proposta para o ensino da leitura e escrita do professor positivista Silva Jardim, por meio da análise da configuração textual do documento *Reforma do ensino da língua materna*, de sua autoria. E pude compreender aspectos ainda poucos explorados da história da alfabetização no Brasil, em especial, nas décadas finais do século XIX.

A análise da configuração textual desse documento escolhido como *corpus* documental da pesquisa me possibilitou pensar sobre os principais aspectos constitutivos de seu sentido, a saber, as contribuições de Silva Jardim, conhecido como “tribuno da República”, para a sistematização de uma didática para o ensino de língua materna.

Silva Jardim, nesse documento, sistematiza a didática para o ensino da língua materna, em que se destaca a importância atribuída por ele: à língua como instrumento de modificação das ideias, sentimentos e ações humanas; ao método da palavração, “fase definitiva e científica”, o mais eficaz no ensino da leitura; à formação teórica e prática de professores primários; à reforma gradual do ensino; ao método intuitivo; e ao ensino da gramática iniciado pelo ensino da língua.

Para Silva Jardim, o ensino inicial da leitura estava fortemente vinculado ao desenvolvimento da língua oral (“leitura em voz alta”, “pronúncia”, “conversação”, recitação). As prescrições para um ensino baseado em exercícios de conversação entre o professor e o aluno aproximavam-se dos pressupostos teóricos do método intuitivo (matriz teórica do método analítico) para o ensino inicial da leitura, que foi trazido para o centro do debate educacional com a Reforma Caetano de Campos,

na primeira década republicana. Para o ensino da leitura, o método da palavração foi concretizado na *Cartilha Maternal ou Arte da Leitura*, de João de Deus.

A divulgação do “método João de Deus” promovida pelo professor Silva Jardim representou uma tentativa de enfrentar as dificuldades das crianças para aprenderem a ler por meio de um “método científico”, que se opunha ao método da soletração (vigente à época) e por meio da civilização das crianças em decorrência do ensino da leitura. Assim, o ensino inicial da leitura, naquele momento histórico, era vislumbrado como uma possibilidade de contemplar uma necessidade real, a de tirar a nação do atraso em relação aos aspectos econômicos, políticos e culturais nos quais o Brasil estava imerso.

Desse modo, o pensamento de Silva Jardim sobre o ensino da leitura e da escrita se relaciona diretamente com suas escolhas políticas e ideológicas, respectivamente, o republicanismo e o positivismo. Por ser um homem que aspirava às ideias inovadoras do século XIX, em especial, as vindas dos países da Europa, Silva Jardim esteve sempre receptivo ao que poderia tornar o Brasil moderno. De acordo com Hilsdorf (2006, p. 67),

[...] homens do governo e intelectuais, as práticas modelares do ensino científico, prático e objetivo têm o seu lugar nos países adiantados do centro-norte da Europa e nos Estados Unidos [...] eles assumem e põem em circulação as teorias e propostas pedagógicas por eles consideradas mais afinadas com a concretude de sua situação histórica, amplificando o fenômeno da circulação de ideias entre o novo e o velho mundo. (HILSDORF, 2006, p. 67).

Nos anos 70 do século XIX, o Brasil foi considerado um país não adiantado. A Monarquia perpetuava a escravidão e a educação estava

estagnada. No entanto, questões como abolicionismo e positivismo ameaçavam esse regime político e as instituições desse período, como a igreja.

O abolicionismo sempre foi o entrave para os republicanos, uma vez que feria suas ideias de uma nação pautada na democracia e que considerasse os direitos dos cidadãos. E o positivismo era uma possibilidade que garantiria a ordem e o progresso da nação, porém, era preciso a instauração da República, com uma identidade nacional.

Para a formação da nação seria necessária, portanto, além da implantação de um novo regime, a educação. Seria na escola que o povo iria se instruir e, para tanto, o ensino seria público e “[...] a escola deveria mostrar-lhe capaz de garantir a eficácia de sua performance [desempenho], diminuindo o tempo despendido no aprendizado do ler e do escrever e minorando o sofrimento das crianças [...]” (HILSDORF,2006, p. 67)

Pensar o ensino da leitura e da escrita para Silva Jardim era pensar na formação dos cidadãos que iriam ocupar a República. Silva Jardim propunha a superação da realidade arcaica e atrasada construída pelo Império por meio progresso da instauração da República. Nesse sentido, é importante ressaltar que, a língua materna constituía, à época, a identidade do povo. Sendo assim, deter-se nas questões do ensino dessa língua era também pensar a constituição de uma identidade nacional, a qual, para Silva Jardim, era uma identidade republicana e positivista.

Nesse sentido, Silva Jardim pensava a alfabetização de um ponto de vista político e parte integrante de seu projeto republicano, ou seja, para formação de uma nação por meio da educação. E para que a educação se efetivasse era preciso formar professores que aspirassem às “[...] novas ideias, que, condenando a escravidão e o Império, propunham a república

como forma de organização política mais adequada para o Brasil” (GUZZO, 2003, p. 11).

Pelo exposto, é possível compreender que a reforma do ensino de língua materna, proposta por Silva Jardim, embora pouco explorada pelos pesquisadores e aparentemente menor em sua produção, era parte integrante e importante de suas ideias revolucionárias para a nação brasileira pautadas nos ideais da República.

Considero que apesar de todas as dificuldades que são inerentes as pesquisas sobre história da alfabetização, este livro possa contribuir para avanços em relação tanto a esse campo quanto ao lugar de Antonio da Silva Jardim na história do ensino de leitura e escrita, no Brasil.

Referências

- AGUIAR, L. *Antonio da Silva Jardim: o herói da Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1989.
- AMÂNCIO, L. N. de B. *Ensino de leitura e grupos escolares: Mato Grosso/1910-1930*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.
- AMÂNCIO, L. N. de B. *Ensino de leitura na escola primária no Mato Grosso: contribuição para o estudo de aspectos de um discurso institucional no início do século XX*. 2000. 419 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.
- BAUAB, M. A. O positivismo na Escola Normal de São Paulo. IN: BOLETIM SAPERE AUDE, ano 8, n.9, São José do Rio Preto, p. 1-38. 1972.
- BEHAR, E. *Vultos do Brasil: bibliografia, história e geografia*. São Paulo: Hemus Editora limitada, [s.d].
- BERNARDES, V. C. *Um estudo sobre Cartilha analytical, de Arnaldo de Oliveira Barreto (1969-1925)*. 2003. 67f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.
- BERTOLLETTI, E. N. M. *Lourenço Filho e a alfabetização: um estudo de Cartilha do povo e da Cartilha Upa, cavalinho!*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007. 136p.
- BERTOLLETTI, E. N. M. *A produção de Lourenço Filho sobre e de literatura infantil e juvenil (1942-1968): fundação de uma tradição*. 2006. 275f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. 2006.

BEZERRA, C. E. de O. *Adolfo Caminha: um polígrafo na literatura brasileira do século XIX (1885-1897)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

BOTO, C. J. M. C. dos R. *Ler, Escrever, Contar e se Comportar: a Escola Primária como Rito do Século XIX Português (1820-1910)*. 1997. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-20032012-103942>Acesso em: 30 ago. 2012.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BLOCH, M. *Apologia da história, ou O ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: José Zahar Ed., 2001.

BRAGA, T. *João de Deus: esforço biográfico*. Sociedade Editora Arthur Brandão & C^a. [s.d].

BRASIL. *Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824)* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o24.htm. Acesso em: 18 mai. 2012.

BRASIL. *Lei de 15 de Outubro de 1827*. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/lei%2015-10-1827%20lei%20do%20ensino%20de%20primeiras%20letras.htm. Acesso em: 18 mai. 2012.

BRASLAVSKY, B. P. de. *Problemas e métodos no ensino da leitura*. Tradução Agostinho Minicucci. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

CAMPOS, M. C. S. S. C. Formação do magistério em São Paulo: do império a 1930. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo: CERU, fev. 1990. p. 5-16.

CARVALHO, M. M. C. de. *A escola e a república e outros ensaios*. Edusp: Bragança Paulista, 2003.

CARVALHO, W. A. de. Pequena História da Maçonaria no Brasil. *Revista dos Estudos Históricos da Masonería LatinoAmericana y Caribenã*, v. 2, n.1, Mayo-Noviembre 2010. p.32-58. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3268641>. Acesso em: 25 jan. 2013.

CHARTIER, R. (Org). *Práticas da leitura*. Tradução Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CRUZ, H. de F. *São Paulo em papel e tinta: periodismo da vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC: FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2000.

D'AVILA, A. Antônio da Silva Jardim. *In: POLIANTÉIA comemorativa do 1º centenário do Ensino Normal de São Paulo*. São Paulo: [s. n], 1946. P. 89-98.

DIAS, M. H. *Professores da Escola Normal de São Paulo (1846-1890): a história não escrita*. 2002. 290f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DIAS, M. H. Escola Normal de São Paulo do Império: entre a metáfora das luzes e a história republicana. *In: ARAUJO, J. C. S.; Freitas, A. G. B. de; Lopes, A. de P. C. As escolas normais no Brasil: do império à república*. Campinas: Editora Alíne, 2008.

DIETZCHE, M. J. M. *Alfabetização: propostas e problemas para uma análise do seu discurso*. São Paulo, 1979. 122 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

DORNAS FILHO, J. *Silva Jardim*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1936.

ENCYCLOPÉDIE de L'Agora. Charles Augustin Sainte-Beuve. [s.l.:s.n, s.d]. Disponível em: http://agora.qc.ca/dossiers/Charles-Augustin_Sainte-Beuve. Acesso em: 24 jan. 2013.

FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO. Galeria de Diretores. Vicente Mamede de Freitas (1904-1908). [S.l.: s.n, s.d]. Disponível em: http://www.direito.usp.br/faculdade/diretores/index_faculdade_diretor_11.php. Acesso em: 25 jan. 2013.

FARIA FILHO, L. M. Instrução Elementar no século XIX. e: LOPES, E. M. T., FARIA FILHO, L. M. e VEIGA, C. G. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A.G. *A concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FERNANDES, M. F. Lo. *A esperança e o desencanto*: Silva Jardim e a República. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2008.

GAZOLI, M. R. *O método Analítico para o ensino da leitura em Cartilha Proença (1926)*, de Antonio Firmino de Proença. 2007. 92 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

GAZOLI, M. R. *O método analítico para o ensino da leitura em “Série de Leitura Proença” (1926-1928)*, de Antonio Firmino de Proença, 2010,

176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

GONTIJO, C. M. M.; GOMES, S. C. *Escola primária e ensino da leitura e da escrita (alfabetização) no Espírito Santo (1870 a 1930)*, Vitória, 2012. (no prelo).

GONTIJO, C. M. M.; SCHWARTZ, C. M. Estudos sobre história da alfabetização e do ensino da leitura no Espírito Santo”, de Gontijo e Schwartz (2011). In: MORTATTI, M. do R. *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

GRAFF, H. J. *Os labirintos da alfabetização: reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização*. Trad. T.M. GARCIA. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

GRISI, R. *O ensino da leitura: o método e a cartilha*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1946. (Separata da Revista “Educação”).

GUZZO, M. A. D. *Silva Jardim: política, economia, questão social, abolicionismo e racismo*. São Paulo: Icone Editora, 2003.

HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução Maria da Penha Villa- Lobos. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2005.

HISLDORF, M. L. S. Cultura escolar/cultura oral em São Paulo (1820-1860). In: VIDAL, D. G.; HISLDORF, M. L. S. *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação*. Autêntica: belo Horizonte, 2001.

HISLDORF, M. L. S. *Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador*. 1986. 343 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1986.

HISLDORF, M. L. S. A Escola Normal de São Paulo, entre o nós e o outro. e: ARAUJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.; LOPES, A. de P. C. (Org.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Editora Alínea, 2008.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia*. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

JARDIM, A. da S. *Reforma do ensino da língua materna* (1884), de Antonio da Silva Jardim. São Paulo: typ. Seckler, 1884. (Conferência realizada no dia 22 de abril de 1884 na Escola Normal de São Paulo)

JARDIM, A. da S. Relatório apresentado a S.Ex. o Sr. Presidente da província do Espirito- Santo Dr. H.M. Inglez de Sousa sobre a historia e resultado da propaganda do methodo de leitura João de Deus. Vitoria: Typ. da Provincia, 1882.

JORNAL A CONSTITUINTE, São Paulo, anno 3, 1879.

LAROUSSE. Encyclopédie. Hippolyte Adolphe Taine. [s.l.:s.n, s.d]. Disponível em: <http://www.larousse.fr/encyclopedia/litterature/Taine/177280>. Acesso em: 24 jan. 2013.

LE GOFF, J. *História e memória*. Trad. Bernando Leitão...[etal.]. 5.ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEÃO, J. *Silva Jardim: apontamentos para a biographia do illustre propagandista, hauridos nas informações paternas e dados particulares e officiaes*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

LEITE, A. R. de P. *Silva Jardim: o esquecido*. São Paulo: Impr. Pannartz, 1984.

LIMA, H. F. *Perfil político de Silva Jardim*. São Paulo: Cia Editora Nacional; Brasília: INL, 1987.

LIMA SOBRINHO, B. *Silva Jardim: discursos, opúsculos, manifestos*. Niterói: Imprensa Universitária. 1973.

MACHADO, J. T. M. Luciano Cordeiro. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. separata, Lisboa, 1981.

MAGNANI, M. do R. M. *Os sentidos da alfabetização: a "questão dos métodos" e a constituição de um objeto de estudo* (São Paulo: 1876/1994). 1997. 389f. Tese (Livre-Docência em Metodologia do Ensino de 1º Grau: Alfabetização) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 1997.

MELLO, M. C. de O. *Emilia Ferreiro e a alfabetização no Brasil: um estudo sobre a psicogênese da língua escrita* São Paulo: Editora UNESP, 2007.

MELLO, M. C. de O. Um estudo sobre o pensamento construtivista de Emilia Ferreiro sobre alfabetização. 2003. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. 2003.

MESSEMBERG, C. G. *Um estudo sobre Na Roça: cartilha rural para alfabetização rápida*(1935), de Renato Sêneca Fleury. 2008. 76 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília. 2008.

MESSEMBERG, C. G. *A Serie Na roça*, de Renato S. Fleury, na história do ensino da leitura no Brasil.2012.Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. 2012.

MÓISES, M. *História da literatura brasileira: realismo e simbolismo*. Edição Revista e atualizada. Editora Cultrix: São Paulo, 2001.

MONTOYAMA, S. (Org.). *USP 70 anos: Imagens de uma história vivida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

MORTATTI, M. do R. L. *Os sentidos da alfabetização*: São Paulo 1876/1994, São Paulo: Editora UNESP, 2000a.

MORTATTI, M. do R. L. (Org.). *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

MORTATTI, M. do R. L. *A “querela dos métodos” de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate*. Revista ACOALApLp: A colhendo a Alfabetização nos países de Língua Portuguesa, São Paulo, ano 3, n.5, 2008. Disponível em: <http://www.acoalfaplp.net>.

MORTATTI, M. do R. L. *Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular*. *Cadernos CEDES*, ano XIX, n 52, nov. 2000b.

MORTATTI, M. do R. L. Letrar é preciso, alfabetizar não basta... mais?. *In: SCHOLZE, L.; ROSING, T. (org.). Teorias e Práticas do Letramento*. Brasília: INEP; Passo Fundo: Ed. UFPF, 2007. p. 155-168.

MORTATTI, M. do R. L. *Ensino de língua e literatura no Brasil: repertório documental republicano*. Marília. 2003. (Digitado).

MORTATTI, M. do R. L. Notas sobre linguagem, texto e pesquisa histórica em educação. *História da educação*. Pelotas, v. 6, p. 69-77, out. 1999.

MORTATTI, M. do R. L. *Bibliografia brasileira sobre história do ensino de língua e literatura no Brasil (2003-2011)*, 2012. (Digitado).

MORTATTI, M. do R. L. *Educação e Letramento*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MORTATTI, M. do R. L. João Köpke. *In*: FÁVERO, M. de L. de A.; BRITTO, J. de M. (Org.). *Dicionário de educadores no Brasil*: da Colônia aos dias atuais. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Brasília: MEC-INEP-COMPED, 2002.

ORIANI, A. P. *Série "Leituras Infantis" (1908-1919)*, de Francisco Vianna, e a história do ensino da leitura no Brasil. 2010, 288f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

PASQUIM, F. R. *Reforma do ensino da lingua materna* (1884), de Antonio da Silva Jardim, na história do ensino de leitura e escrita no Brasil. 2013. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

PASQUIM, F. R. *Um estudo sobre Cartilha infantil pelo methodo analitico [1910?]*, de Carlos Alberto Gomes Cardim (1875-1938). 2010.103p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010c. 103p.

PASQUIM, F. R. *Bibliografia de e sobre Carlos Alberto Gomes Cardim (1875-1938)*: um instrumento de pesquisa, 2010a. (Digitado)

PASQUIM, F. R. *Bibliografia de e sobre Ramon Roca Dordal (1854-1938)*: um instrumento de pesquisa, 2010b. (Digitado).

PASQUIM, F. R. *Bibliografia de e sobre Antonio da Silva Jardim (1860-1891)*: um instrumento de pesquisa, 2012. (Digitado).

PEREIRA, B. C. *Um estudo sobre Meu livro (1909), de Theodoro de Moraes*. 2006. 72f. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. 2006.

PEREIRA, B. C. *Prescrições para ensinar a ensinar leitura e escrita na Escola Normal de São Paulo: circulação de saberes pedagógicos Brasil/França (1874-1889)*. 2013. 176f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

PEREIRA, B. C. *Theodoro de Moraes (1877-1956): um pioneiro no ensino da leitura pelo método analítico no Brasil*. 2009. 219f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. 2009.

PESTANA, Marina Gugliotti. *Colecionando livros, formando mestres: a biblioteca pedagógica da Escola Normal de São Paulo (1883)*. 2011. 137p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

PFROMM NETO, S.; DIB, C. Z.; ROSAMILHA, N. Cartilhas, gramáticas, livros de texto. *In: PFROMM NETO, S.; DIB, C. Z.; ROSAMILHA, N. O livro na educação*. Rio de Janeiro: Primor/INL, 1974. p. 153-204.

POLIANTÉIA comemorativa do 1º. *Centenário do Ensino Normal em São Paulo: 1846-1946*. São Paulo: [s.n], 1946.

PORTUGAL. Dicionário Histórico. Joaquim Teófilo Fernandes Braga. [s.l.:s.n, s.d] Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/bragatofilo.html>. Acesso em: 24 jan. 2013.

QUEIROZ, M. V. de. *Paixão e morte de Silva Jardim*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

QUEIROZ, M. V. de. *Uma garganta e alguns níqueis: historia de Silva Jardim, o heroi da propaganda republicana*. Rio de Janeiro: Aurora, 1947.

REIS FILHO, C. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, anno 3, 1878. Publicada por Angelo Agostini. Disponível na seção “Obra Raras da Biblioteca Nacional”. Disponível em: www.bn.com.br. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

RIBEIRO, J. *O que é positivismo*. 7ª. edição. Editora Brasiliense:1988.
RIBEIRO, N. R. *Um estudo sobre A leitura analítica (1896), de João Köpke*. 2001. 66f. (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. 2001.

RICCI, M. L. de S. R. *Ação e pensamento em Silva Jardim*. Campinas: PUC, 1987.

SANTOS, L. G. dos. *Um estudo sobre Cartilha da infância (188-), de Thomaz Galhardo*. 2008. 63 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília. 2008.

SÃO PAULO. *Regulamento da escola normal expedido aos 30 de junho de 1880 pelo conselheiro Laurindo Abelardo de Brito*: autorizado pela disposição do Artigo 1º da lei nº 130 de 25 de abril de 1880. São Paulo.

SAVIANI, D. *O legado educacional do “Breve século XIX” brasileiro*. In: ALMEIDA, Jane Soares de; SAVIANI, Dermeval; VALDEMARIM, Vera Teresa. *O legado educacional do século XX no Brasil*. 2 ed. Campinas: Autores associados, 2006.

SMOLKA, A. L. B. *A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo*. 9. Ed. São Paulo: Editora Cortez; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 2000.

SOARES, M. B.; MACIEL, F. *Alfabetização*. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2000.

SOARES, M. B. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: Campinas: Autores Associados, n. 25, 2004.

SOARES, M. B. Apresentação. In: MORTATTI, M. do R. L. *Os sentidos da alfabetização*: São Paulo 1876/1994, São Paulo: Editora UNESP, 2000a.

SOBRAL, P. de O. *Um estudo sobre Nova Cartilha Analytico-Synthética* (1916), de Mariano de Oliveira. 2007. 60 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, Marília. 2008.

SOUZA, R. F. de. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos Cedes*, ano XX, n.51, nov. 2000.

TANURI, L. M. *O ensino normal no estado de São Paulo: 1890-1930*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 1979.

TRINDADE, I. M. F. *A invenção de uma nova ordem das cartilhas: ser natural, nacional de mestra. Queres ler?* Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

VAINFAS, R. (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VALDEMARIN, V. T. *O método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado*. In: ALMEIDA, J. S. de; SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T.; SAVIANI, D. *O legado educacional do século XIX*. 2 ed. rev.e ampl. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 86-127.

VIEIRA, M. P.de A.; PEIXOTO, M. do R. da C.; KHOURY, Y. M. A. 4. ed. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 2005.

VIDAL, D. G.; FARIA FILHO. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005.

SOBRE O LIVRO

Catálogo

André Sávio Craveiro Bueno – CRB 8/8211

Normalização

Kamila Gonçalves

Diagramação e Capa

Mariana da Rocha Corrêa Silva

Assessoria Técnica

Renato Geraldi

Oficina Universitária Laboratório Editorial

labeditorial.marilia@unesp.br

Formato

16x23cm

Tipologia

Adobe Garamond Pro



Franciele Ruiz Pasquim é Doutora e Mestre em Educação, pela UNESP- Marília/SP. É também formada em Pedagogia, pela mesma instituição. Atuou como professora alfabetizadora, coordenadora de escola e atualmente é professora no Ensino Superior no curso de Pedagogia e na pós-graduação em Psicopedagogia, tendo realizado pesquisas nas áreas de Alfabetização, Literatura Infantil e História da Educação. Apaixonada por livros e leitura, é idealizadora de um projeto de extensão intitulado Clube de Leitura Virtual “João Anzanello Carrascoza”, um convênio entre a UNESPAR/Paranavaí e a FACCAT/Tupã/SP; e coordena o Programa Bolsa Alfabetização, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e as faculdades FACCAT em Tupã/SP.

“[...]escrito de maneira elegante, com precisão conceitual e com profundidade teórica. A autora visivelmente conhece muito bem o pedagogo que se propôs a analisar[...] O conjunto do texto proporciona ao leitor, não apenas o domínio sobre o autor e o tema aqui propostos, mas também sobre a trajetória de uma época importantíssima para os estudos da História da Educação Brasileira. Trata-se, assim, de uma pesquisa de fôlego que corresponde ao que de melhor vem sendo produzido no campo e que trará um contributo muito grande aos estudos da História da Educação.”

CARLOTA BOTO



CULTURA
ACADÊMICA
Editora



Programa PROEX/CAPES:

Auxílio N° 0798/2018

Processo N° 23038.000985/2018-89

